

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIX

FLORIANÓPOLIS, 09 DE SETEMBRO DE 2009

NÚMERO 6.084

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Ismael dos Santos
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-
Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Pedro Uczai - Presidente
Antônio Aguiar - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELAÇONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Maria Aparecida Orsi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2084
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário	
Ata da 074ª Sessão Ordinária da 16ª realizada em 02/09/2009.....	2
Atos da Mesa	
Atos da Mesa.....	22
Publicações Diversas	
Ata da Procuradoria	23
Atas das Comissões	
Permanentes.....	24
Comunicado.....	27
Medidas Provisórias	27
Mensagem Governamental	29
Ofícios	29
Projeto de realizada em Lei	29
Projetos de Lei	30
Projeto de Resolução	31
Redação Final	31
Resolução	32

PLENÁRIO

ATA DA 074ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grandó - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Faz seu discurso de estreia na Assembléia Legislativa.
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Dá as boas-vindas ao deputado Carlos Chiodini.
DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Sauda a volta do deputado Carlos Chiodini.
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Dá as boas-vindas ao deputado Carlos Chiodini.
DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Congratula-se com a chegada do deputado Carlos Chiodini.
DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Deseja sucesso ao deputado Carlos Chiodini.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (aparte) - Expressa sua satisfação com a chegada do deputado Carlos Chiodini.

Breves Comunicações

DEPUTADO JAILSON LIMA - Refuta as acusações de cortes de recursos pelo governo federal e enfatiza as transferências da União para SC.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Enfatiza os investimentos do governo federal no estado.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Levanta a dificuldade do microempreendedor individual catarinense de acessar à nova lei aprovada em 1º de julho; reforça posição do PT no que concerne à lei que prevê vigilância nas lotéricas e agências dos Correios; reporta-se à sua participação no 1º Seminário Internacional do Programa Produtor de Águas.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Cumprimenta os lotéricos; comenta a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública; manifesta revolta pela prisão do soldado Jorge Castanha de Araújo.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Lembra que faltam 42 dias para a remessa, pelo governo, da regulamentação do pagamento por serviços ambientais; aborda projeto de sua autoria que cria programa de

renda mínima para os pequenos agricultores; reclama do não cumprimento da lei que criou o seguro agrícola.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Discute o modelo adotado no estado e no país para punir os praças da Polícia Militar.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Posiciona-se quanto as notícias da aproximação de Eduardo Pinho Moreira com o PT.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Minimiza a importância política do encontro do presidente do PMDB com a senadora Ideli Salvatti.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Demonstra seu desagrado com os movimentos políticos de Eduardo Pinho Moreira.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Registra seu desagrado com a postergação da votação do PL n. 0288/2009.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Esclarece alguns aspectos com relação à tramitação do PL n. 0288/2009.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Atualiza os números da gripe A no estado; deseja sucesso ao deputado Carlos Chiodini; comunica a concessão do título de Cidadão Mafrense ao governador Luiz Henrique.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Elogia a atuação do secretário Dado Cherem.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Convida para a abertura de congressos médicos no Centro Sul.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Manifesta satisfação com a eleição e posse de Julio Garcia no TCE; dá boas-vindas ao deputado Carlos Chiodini; prega a correção da lei que prevê vigilância nas lotéricas e agências dos Correios.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Afirma a urgência na correção da lei que prevê vigilância nas lotéricas e agências dos Correios.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Externa a posição do PPS acerca da lei que prevê vigilância nas lotéricas e agências dos Correios.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Registra a presença dos vereadores Gilmar Gonçalves, de Águas Frias, e Gilvani Carneiro, de Monte Castelo, além do prefeito Osni Francisco de Fragas, de Ituporanga.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Expõe o pensamento da bancada do PT sobre a lei que prevê vigilância nas lotéricas e agências dos Correios; recrimina as punições na Polícia Militar.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Critica a posição do deputado Cesar Souza Júnior sobre a lei que prevê vigilância nas lotéricas e agências dos Correios.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Reclama da falta de segurança e do comportamento do secretário Ronaldo Benedet.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (aparte) - Reafirma sua posição quanto à obrigação da CEF de fornecer segurança aos seus franqueados.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Lembra que se deve manter o foco na correção da lei que prevê vigilância nas lotéricas e agências dos Correios.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (pela ordem) - Cita a presença do vereador David Busarello, do PMDB de Timbó.

Ordem do Dia

DEPUTADO JAILSON LIMA - Discute o PL n. 0085/2009, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a realizar laqueadura sem cirurgia na rede pública de saúde.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Apoia a iniciativa do deputado Jailson Lima.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Solidariza-se com a iniciativa do deputado Jailson Lima.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Pedes esclarecimentos sobre o PL n. 0080/2008, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Esclarece os aspectos do PL n. 0080/2008, de sua autoria.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Alerta para a existência de projeto similar ao PL n. 0121/2009, de autoria do deputado Darci de Matos.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Discute o PL n. 0238/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que torna obrigatório o encaminhamento, por escrito, de contratos firmados por meio

de *call center* e formas similares aos contratantes.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Solicita subscrever a Indicação n. 0573/2009, de autoria do deputado Dionei Walter da Silva.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Solicita subscrever a Indicação n. 0573/2009, de autoria do deputado Dionei Walter da Silva.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Solicita subscrever o Requerimento n. 1.190/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Solicita subscrever o Requerimento n. 1.205/2009, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Solicita subscrever o Requerimento n. 1.206/2009, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Solicita subscrever o Requerimento n. 1.205/2009, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Encaminha a votação do Requerimento n. 1.154/2009, de autoria do deputado Reno Caramori.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Registra a presença do vereador Antônio Carlos Zumar, de Monte Carlo.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Solicita verificação de quórum.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Manifesta seu inconformismo com a impossibilidade de dar continuidade à votação dos requerimentos.

Explicação Pessoal

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Registra o falecimento de Ernesto Narcizo Deschamps e da esposa de... em Blumenau.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Protesta contra o encerramento da Ordem do Dia e avisa que fará denúncia.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Lamenta o expediente que impede as votações na Ordem do Dia; expressa satisfação com a retomada das obras no porto de Itajaí; aborda a necessidade de investir na construção de ferrovias e hidrovias.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Ressalta a importância do porto de Itajaí para a economia catarinense e brasileira.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Aborda os 159 anos de Blumenau e pede uma solução definitiva para seus problemas climáticos.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Ressalta as qualidades de Blumenau e seu povo.

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL (aparte) - Parabeniza Blumenau pelos 159 anos.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Denuncia desvio de recursos que estariam ocorrendo na Fesporte através de uma entidade de Laguna.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Concorda que é preciso apurar as denúncias contra a Fesporte.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Defende a retirada dos PLCs n.s 0013 e 0014 da

Casa; pede a aprovação do projeto original que cria o piso salarial regional.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Expõe a posição do governo quanto aos PLCs n.s 0013 e 0014.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Relata a eleição de Dilson Luiz para a diretoria Comercial da Celesc Distribuição; defende a instalação de terminal de gás da Petrobras em Imbituba.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Reafirma a posição do PPS sobre o projeto que cria o salário mínimo regional; dá notícias sobre o futuro Memorial a Cruz e Souza; refere-se aos projetos do vereador Tiago Silva e à Parada da Diversidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Srs. deputados, esta Presidência quer fazer as seguintes comunicações:

(Passa a ler.)

"ATO DA MESA Nº 05I-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 53, inciso II, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Valdir Cobalchini, 4º Suplente da Coligação Todos por Santa Catarina, para ocupar a cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência da renúncia do Deputado Julio Garcia, nomeado para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 02 de setembro de 2009.

(a)Deputado JORGINHO MELLO
Presidente

ATO DA MESA Nº 052-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, inciso II, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Carlos Chiodini, 8º Suplente da Coligação Todos por Santa Catarina, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento de Deputado Valdir Cobalchini, titular do cargo de Secretário de Estado de Coordenação e Articulação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 02 de setembro de 2009"

(a)Deputado JORGINHO MELLO
Presidente"[sic]

Convido o sr. deputado Carlos Chiodini para assumir a sua cadeira de deputado estadual e declaro-o empossado.

Concedo a palavra ao deputado Carlos Chiodini, dizendo-lhe que é um prazer que esteja aqui novamente. E já pode fazer uso da palavra diretamente, porque

o juramento já foi feito na última vez em que v.exa. aqui esteve.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Deputado Jorginho Mello, presidente do Poder Legislativo catarinense, e srs. deputados aqui presentes nesta sessão, é com muita alegria e felicidade que tenho a oportunidade de voltar ao Parlamento catarinense. Estive aqui no ano passado por um pequeno período de dois meses e sei que esse é um trabalho muito gratificante, deputada Ada De Luca, até pela história que a Assembleia Legislativa catarinense tem, pelo seu perfil de trabalho sério, honesto, num momento em que vemos um cenário político brasileiro tão complicado. A Assembleia Legislativa se distingue dessa forma, com 40 membros, todos com uma folha de trabalhos prestados à sociedade catarinense.

Sr. presidente, com certeza temos o intuito de juntar-nos a esse grupo para fazer o melhor possível na busca do que for de justiça e do que for melhor para o cidadão catarinense. Com certeza, por mais um período vamos defender todos os interesses dos cidadãos catarinenses, em especial do vale do Itapocu, que é a nossa região; da cidade Jaraguá do Sul; da juventude de Santa Catarina, sendo que realizei um trabalho sistemático voltado para esse segmento que está muitas vezes ausente, afastado e distante da política, mas, com certeza, vamos tentar aproximá-lo do processo para que também faça parte.

Levo comigo a convicção de que tudo que se faz com seriedade e honestidade dá bons frutos. Então, não pode ser diferente e o nosso trabalho vai ser focado em atender bem as pessoas, em ouvi-las e também transmitir o pensamento delas aqui para vocês, cidadãos catarinenses que nos veem pela TV Assembleia, para os deputados e para todos os que estiverem acompanhando os nossos trabalhos.

Fica o meu agradecimento ao meu partido, ao PMDB, em nome meu líder, deputado Antônio Aguiar, que tão bem nos atende e conduz-nos nesse sentido. E com certeza vamos fazer um trabalho bom em conjunto.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu gostaria de parabenizá-lo pelo seu retorno à Assembleia Legislativa, fazendo com que Jaraguá do Sul esteja presente novamente neste Poder, uma vez que foi embora o deputado Dionei Walter da Silva e v.exa. assume como suplente do PMDB.

A representação da região do vale do Itapocu está sendo confirmada e temos certeza de que, assim como v.exa. tem trabalhado muito como presidente do PMDB Jovem, haverá de fazer um grande trabalho nesta Casa Legislativa, ainda mais que estará ocupando o lugar de Julio Garcia, o que, sem dúvida nenhuma, aumenta a sua responsabilidade. Todavia, temos certeza da competência e da dedicação de v.exa. em fazer com que Jaraguá do Sul permaneça no Parlamento,

para que os anseios da sociedade repercutam na Assembleia Legislativa através da sua voz.

Muito obrigado por ocupar esta cadeira, deputado Carlos Chiodini, e acredite que nós, da bancada do PMDB, sentimos-nos honrado com a sua presença.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Muito obrigado pelo aparte, deputado Antônio Aguiar, líder do PMDB, o meu partido. Com certeza vamos retribuir essa confiança e ser parceiro na direção que o partido indicar. Chegamos até aqui por um apelo popular e com certeza vamos seguir nesse caminho.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Bem-vindo, deputado Carlos Chiodini, é uma alegria ter um deputado tão jovem trazendo a visão da juventude para esta Casa.

V.Exa., com certeza, vem representar o seu partido, mas, acima de tudo, a sua região e o estado de Santa Catarina, com o compromisso de dar o melhor de si para que esta Casa possa ter mais um grande deputado que contribua com os projetos que interessam ao nosso estado.

Parabéns pela sua volta! Seja bem-vindo a esta Casa e que possa fazer um bom trabalho.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Carlos Chiodini.

É uma satisfação tê-lo novamente aqui, agora para ficar mais tempo. Ano passado v.exa. ficou apenas dois meses, eu creio, e não foi tempo suficiente para mostrar o trabalho que, com certeza, tem potencial para realizar.

Será uma satisfação conviver com v.exa. e, independentemente das possíveis divergências político-programáticas, esperamos poder contar com o amigo. Desde já garantimos que poderá contar com a nossa presença sempre que precisar de um deputado a mais para aprovar as questões importantes para a sua região, através de projetos para a sociedade, e com certeza v.exa. os trará bastante estruturados.

Estamos à disposição, repito, para estabelecer essa relação, mesmo que eventualmente em momentos pontuais estejamos em posições divergentes.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Pois não!

A Sra. Deputada Ada De Luca - Deputado Carlos Chiodini, mais uma vez parabéns por tê-lo em nossa companhia. Já conheço v.exa. há muito tempo, desde os movimentos estudantis e sempre com atividade dentro do partido, com muita responsabilidade, muita coerência, principalmente, um jovem com maturidade política.

Seja bem-vindo a esta Casa!

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Muito obrigado a todos que me apartaram. Muito obrigado, deputada Ada De Luca, também admiro o seu trabalho e, com certeza, iremos fazer o melhor possível.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Carlos Chiodini, eu não poderia deixar, em nome do Democratas nesta Casa, de dar boas-vindas a v.exa. que chega agora ao Parlamento catarinense!

Tenho plena convicção de que v.exa. irá fazer um excepcional trabalho neste Parlamento, porque o conheço do norte do estado, de Jaraguá do Sul. V.Exa. é um político jovem, aguerrido, trabalhador, idealista, empresário de sucesso e, com certeza, com a sua chegada a este Parlamento, nós ganharemos muito, porque v.exa. vai agregar valores e certamente dará uma contribuição importante ao Parlamento catarinense com sua estada.

Um abraço e seja bem-vindo!

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Concedo um aparte ao deputado Professor Grando.

O Sr. Deputado Professor Grando - Deputado Carlos Chiodini, nossos parabéns em nome do PPS! Quero dar boas-vindas a v.exa. e desejar bom trabalho! Colocamo-nos à disposição não somente como parlamentar, mas como amigo, como acompanhante de sua luta, pois observamos, cada vez mais, que a juventude, que v.exa. representa tão bem, está ocupando o seu espaço.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Muito obrigado, deputado Professor Grando.

Essa acolhida e todas essas mensagens de boas-vindas credenciamos a dar continuidade, com toda a garra, com toda a força, ao nosso trabalho, pois com certeza defendemos os interesses da sociedade catarinense.

Muito obrigado e estou à disposição para realizarmos um trabalho conjunto na direção do melhor para Santa Catarina.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Jailson Lima, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero saudar os funcionários desta Casa, os deputados, em especial o deputado Carlos Chiodini, que é da cidade de Jaraguá do Sul, uma vez que o nosso deputado Dionei Walter da Silva acabou de sair desta Casa com a volta do deputado Pedro Uczai, e dessa forma a região continuará sendo representada.

Quero saudar o pessoal das lotéricas que está questionando o projeto de

lei dos vigilantes e dizer-lhe que, com certeza, a nossa Casa corrigirá as distorções que ocorreram. Entendemos nós, do Partido dos Trabalhadores, que precisamos, sim, achar um denominador comum para essa questão e esta Casa, com sapiência e bom senso, reverá esse projeto de lei. Hoje mesmo a bancada do Partido dos Trabalhadores debateu o assunto e já há consenso de que esse projeto de lei precisa ser revisto.

Mas quero aqui também, depois das intervenções da semana passada, principalmente por parte dos deputados do PSDB, que fizeram algumas avaliações em relação às emendas da bancada catarinense, uma vez que, segundo os jornais, o governo Lula teria cortado os recursos destinados a Santa Catarina, dizer que é importante rememorar os fatos, a fim de sair do sensacionalismo, ou seja, as emendas individuais dos parlamentares foram mantidas, diferentemente do que ocorria no passado.

Sr. presidente, as emendas de bancada, ou seja, aquelas que têm autoria coletiva, nem sempre são executadas no valor definido, deputado Dirceu Dresch. Em 2002, apenas 4,89% das emendas de bancada foram executadas, ou seja, menos de 5%! Em 2003, 6,5% das emendas coletivas foram preservadas. É importante ressaltar que em 2007, 27% das emendas de bancada foram preservadas, ou seja, o nosso governo, o governo do presidente Lula ano a ano vem ampliando o percentual de atendimento das emendas de bancada, muito diferente do que tínhamos anteriormente. Entretanto, em decorrência do momento de crise houve, sim, um corte. No entanto, isso não significa repasses inferiores aos que eram feitos ao estado anteriormente.

É importante, catarinenses, salientar que R\$ 525 milhões, deputado Padre Pedro Baldissera, recursos do PAC para drenagem, vêm para o estado de Santa Catarina sem o corte de um centavo. Esses recursos não estavam nas emendas de bancada, cuja previsão de "corte", entre aspas, é de algo em torno de R\$ 160 milhões. Então, se cortaram R\$ 50 milhões destinados às enchentes, às cheias, não pode deixar de ser dito, deputada Ada De Luca, que R\$ 525 milhões do governo federal, oriundos do PAC para drenagem, foram destinados para Santa Catarina; 13% do orçamento do PAC drenagem destinam-se a Santa Catarina, sendo que esses recursos vão para 23 municípios do nosso estado, independentemente de partido político. Então, é importante registrar isso.

Com relação à Universidade Federal da Fronteira Sul não houve corte de absolutamente nada e os recursos estão garantidos. Depois de 50 anos de luta temos mais uma universidade federal no estado de Santa Catarina.

Então, tentaram responsabilizar a nossa querida senadora Ideli Salvatti, alguém que tem, com garra, perseverança e predestinação política, defendido este estado com unhas e dentes. Este estado nunca teve um representante no

Congresso Nacional que o defendesse com tamanha articulação, com tamanha expressão política e, principalmente, trazendo tanta conquista para os catarinenses.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - É importante deixar claro que, independentemente da emenda coletiva, estão vindo recursos para o estado. É importante dizer, principalmente ao deputado Paulinho Bornhausen, que tem batido muito no governo federal, deputado Sargento Amauri Soares, que estão vindo recursos para o porto de Itajaí, mesmo com todo o problema que houve no Tribunal de Contas da União. Sabemos que aqueles preços estavam superfaturados e nós estávamos questionando. Agora querem estaca de 50m; daqui a pouco vão querer de 60m; parece que agora as estacas têm que ser importadas, e por aí vai. Então, temos preocupações com isso.

Mas concedo um aparte ao nosso líder, deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Quero agradecer a v.exa., deputado Jailson Lima, e parabenizá-lo por restabelecer a verdade, porque nesses últimos meses estamos vendo algumas acusações totalmente falsas e com interesses político-partidários, já pensando na eleição do ano que vem.

Então, esses dados que v.exa. traz aqui, pelo aumento do volume de investimento em Santa Catarina, que passou de 4,87% em 2002 para 27% em 2007, demonstram o grande crescimento havido. E os dados comprovam que em 2008 e 2009 tivemos um crescimento de 90% no repasse de recursos para o estado e para os municípios de Santa Catarina.

Na última sexta-feira, indo para o sul do estado, fui surpreendido positivamente após todas essas críticas. Agora não se fala mais tanto na questão da BR-101/sul, mas a verdade é que tive uma surpresa muito positiva com o andamento dos trabalhos e não tenho dúvida de que até o final do ano a maioria absoluta das obras daquela rodovia estará pronta.

Então, isso demonstra a seriedade com que o governo federal, o governo Lula, está levando a questão dos recursos, inclusive financiando as empresas que estavam com dificuldades de capital de giro, para poderem terminar a obra o mais rapidamente possível.

Mas, infelizmente, divulgaram essas informações distorcidas, até numa articulação com a grande mídia nacional e catarinense também, para tentar barganhar politicamente. Mas isso não vai dar certo, deputado!

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Também cabe citar que ontem tivemos uma reunião com o deputado Mauro Mariani, na cidade de Bombinhas, juntamente com os vereadores e o prefeito Maneca, e ele mesmo disse que o governo federal enviou R\$ 300 milhões para Santa Catarina para obras de infraestrutura, em função dos problemas das cheias que tivemos no ano passado.

Bom, é dever do governo, sim! Mas nos episódios anteriores também era e os recursos não vieram. E se não fossem esses R\$ 300 milhões, não sei como seria. E o governo federal ainda disse que o estado terá o Orçamento deste ano e do ano que vem comprometido para recuperar essas áreas.

Então, o nosso governo está fazendo a coisa certa. Além de tudo, há que se ressaltar a questão do salário mínimo anunciado para o ano que vem, já em janeiro, com as antecipações que estão sendo feitas, para R\$ 505,00 ou R\$ 506,00.

É bom lembrar também que quando nós assumimos o governo, o salário mínimo era US\$ 56 e em janeiro de 2010, do jeito que as coisas estão indo, estará em US\$ 266. Isso é prova de que está havendo uma política de recuperação salarial efetiva, inclusive para os aposentados; a recuperação da inflação, o crescimento nominal do salário, fazendo com que mais de oito milhões de aposentados sejam inseridos no mercado consumidor.

Por isso é importante ressaltar que o governo tem feito o seu papel e tem até nos surpreendido por suas ações positivas e pela tranquilidade econômica do país, num momento em o mundo atravessa uma grande crise internacional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, hoje venho a esta tribuna trazer um assunto que já levantamos através do Requerimento n. 1.163/2009, de 26 de agosto, que está na pauta de hoje, trazendo a nossa preocupação com o microempreendedor individual em Santa Catarina, já que os trabalhadores informaram que o nosso estado ainda não pode ter acesso à formalização das atividades pela lei do empreendedor individual, aprovada em 1º de julho.

Então, nós levantamos esse tema e estamos trazendo a nossa preocupação, a fim de que, com urgência, o nosso estado tome providências para a imediata interligação das bases de informação do Departamento Nacional de Registro e Comércio e a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.

Como isso ainda não foi feito, os empreendedores autônomos catarinenses que querem sair da economia informal e acessar o site do portal do empreendedor na internet para aderir à nova lei descobrem que ainda não podem fazê-lo.

Mas Santa Catarina não é o único estado que ainda não interligou a sua base de dados, pois até o momento o sistema de formalização está disponível apenas para o Distrito Federal e para os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Segundo algumas informações que obtivemos no dia de ontem, a partir

do dia 11 de setembro será possível ter acesso ao portal do empreendedor no estado, mas temos recebido muitas ligações e pedidos dos microempreendedores de todo o estado, porque eles estão sabendo que a lei nacional já foi aprovada e que alguns estados já estão interligados.

Como disse, apresentamos um requerimento pedindo o envio de mensagem telegráfica ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, ao diretor do Departamento Nacional de Registro e Comércio, ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense e ao presidente da Junta Comercial de Santa Catarina, e esperamos que sejam agilizados no estado os encaminhamentos para que o microempreendedor individual possa ter acesso a essa importante lei e formalizar sua atividade econômica.

Quero também reforçar aqui, na mesma linha do deputado Jailson Lima, nosso colega de bancada, a posição do PT com relação à lei de vigilância nas agências dos Correios e nas casas lotéricas aprovada na Assembleia Legislativa, pois estaremos, nos próximos dias, aprofundando a discussão e vendo o melhor caminho para não prejudicar os setores envolvidos no processo, sejam eles donos de lotéricas, agências dos Correios ou trabalhadores.

Então, estar-nos-emos reunindo com os trabalhadores, com as entidades, com os representantes das empresas para chegarmos ao melhor projeto possível, que possa beneficiar o nosso estado e todos os interessados.

Mas eu quero levantar outro tema. Estivemos, na semana passada, como havíamos anunciado neste plenário, durante dois dias, em um seminário internacional em Brasília, o 1º Seminário Internacional do Programa Produtor de Águas. Diversos países com experiências nessa área estiveram presentes, como, por exemplo, a Costa Rica, mas também há muitas experiências no Brasil em relação a esse tema. E como esse assunto está fortemente ligado aos nossos agricultores familiares, ele nos envolve muito, interessa-nos.

Foi discutido amplamente o pagamento por serviço ambiental, que foi o tema central também para os agricultores familiares. Foram apresentadas experiências maravilhosas, como a nossa visita ao município de Extrema, no sul de Minas Gerais, onde há três anos funciona o pagamento por serviço ambiental para os agricultores. Também foram apresentadas outras experiências, como a do município de Apucarana, no Paraná, onde os agricultores também já recebem o benefício.

Assim, nós tomamos conhecimento de muitas experiências e foram feitos muitos debates. Estivemos no ministério do Meio Ambiente em audiência e deveremos realizar, nos próximos dias, um grande seminário aqui no estado para discutir esse tema com as entidades, com as organizações ligadas principalmente à agricultura familiar, mas também ligadas a temas ambientais.

Estamos animados com essa discussão. Entendemos que a questão ambiental não pode ser um viés da discussão que se trouxe à Casa quando da aprovação do Código Ambiental, no sentido de que prejudica o processo produtivo. Nós temos que ver que há complementaridade entre a preservação ambiental e a produção, principalmente olhando para o futuro. Temos que ver o que significa potencialmente a questão do meio ambiente para o futuro comercial, econômico e de desenvolvimento do nosso estado. Temos que ver a produção de pinhão como uma alternativa de renda para os agricultores da região, vinculando-a também à preservação ambiental, principalmente da água, que é um dos grandes potenciais econômicos no futuro do nosso estado.

O seminário foi muito produtivo, com certeza. Encaminhamos vários projetos do estado de Santa Catarina, a fim de que os municípios articulem debates sobre o pagamento por serviços ambientais e discutam esse tema junto à sociedade para podermos melhorar a qualidade e a quantidade de água de nosso estado. Vários municípios de Santa Catarina já estão envolvidos, como Pinhalzinho, Saudades, Balneário Camboriú e tantos outros que já estão enfrentando essa discussão e estão trazendo a perspectiva de premiar e valorizar quem cuida do meio ambiente, quem cuida da mata, quem cuida da água e, principalmente, quem cuida da mata ciliar.

Estamos trazendo esse tema e estamos trabalhando na linha do projeto que está tramitando no Congresso Nacional, para que seja aprovado o mais rapidamente possível. A expectativa é de que no máximo até o final do ano esteja aprovado. Aqui no estado também estamos trabalhando para que se regulamente até outubro, que é o prazo máximo dado ao governo pelo Código Ambiental.

Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados, e a todos que nos acompanham na Casa, pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, pessoas que nos acompanham nesta sessão, especialmente os representantes das lotéricas e das agências franqueadas dos Correios.

Nós devemos, nas próximas semanas, dar uma solução para esse problema que foi construído aqui, o que serve para que a sociedade saiba que este Poder funciona, por essência - e creio que os outros Poderes também, especialmente o Executivo -, conforme as pressões sociais.

Portanto, o setor da sociedade que não participa e que não acompanha o

processo no Poder Legislativo pode acabar tendo prejuízo em virtude da pressão de outros setores, que vêm aqui assumir uma posição, e a maioria dos deputados acaba pensando que é uma posição de consenso social, quando muitas vezes não é. Serve também para fortalecer a nossa tese de que o poder precisa ser exercido diretamente pela sociedade sobre os seus representantes. O Poder Legislativo, que é o poder mais democrático - e é dessa forma que é entendido -, precisa do acompanhamento e da participação permanente da sociedade, de todos os setores da sociedade, para que possa efetivamente haver democracia numa sociedade complexa, numerosa e grande como a sociedade brasileira ou como a sociedade catarinense.

Assim, quero parabenizar todos vocês pela mobilização, pelo processo de acompanhamento dos trabalhos nesta Casa.

Eu quero voltar ao assunto de ontem sobre o resultado da 1ª Conferência de Segurança Pública, cuja etapa nacional foi realizada em Brasília, no último final de semana. E para alguém não pensar que é um assunto que interessa somente ao deputado Sargento Amauri Soares, aos policiais, aos bombeiros ou ao secretário de Segurança Pública, trouxe um artigo, publicado no jornal *A Notícia* de hoje, escrito pela advogada do Centro de Direitos Humanos de Joinville, sra. Cynthia Maria Pinto da Luz. Ela foi uma das participantes da conferência e escreveu este artigo que foi publicado hoje.

Vamos ler na íntegra o artigo.

(Passa a ler.)

“Resultados da Conseg

Encerrou-se neste domingo, em Brasília, a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, com a presença de cerca de 3 mil representantes da sociedade civil (40%), trabalhadores no setor (30%) e gestores públicos (30%), observadores e convidados. Foram votados dez princípios e 40 diretrizes que deverão nortear a política de segurança pública para o Brasil no próximo período.

O protagonismo foi dos trabalhadores de base da segurança pública em torno de suas reivindicações para barrar a articulação dos escalões de comando das polícias, que buscam manter a ineficiente estrutura de poder intacta e elitizada. O momento foi privilegiado aos trabalhadores na segurança, que pela primeira vez tiveram voz e voto.

As preocupações são grandes com a efetividade de suas resoluções, apesar de se considerar um avanço a derrubada pelo governo de um tabu que é ampliar o debate sobre segurança pública no país.

O princípio mais votado estabelece que a segurança pública deve ser uma política de estado, concede autonomia e gestão democrática às instituições, transparência na divulgação de dados e a consolidação do sistema único de Segurança Pública (Susp) e do Programa Nacional de Segurança Pública (Pronasci), com foco na prevenção e defesa dos direitos humanos.

Uma das diretrizes mais polêmicas, que obteve o apoio irrestrito da sociedade civil, foi eleita em 12º lugar e estabelece a transição da segurança pública para atividade eminentemente civil, a desmilitarização das polícias e corpos de bombeiros e a desvinculação das forças armadas.

O Movimento dos Direitos Humanos, por meio desta advogada, fica com uma das 30 cadeiras destinadas aos três segmentos no Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp) formalizado por Lula no início da conferência. A tarefa será consolidar o plano de aplicação das deliberações.

Na verdade, ainda estamos longe de contar com uma transformação estrutural e constitucional para a política de segurança pública. Mas pode-se dizer que começamos a caminhar.”[sic]

Então, esse é um assunto de interesse geral da sociedade e o artigo que acabei de ler, de autoria da advogada dos direitos humanos de Joinville, Cynthia Maria Pinto da Luz, expressa de certa forma a opinião geral da sociedade civil que participou daquela conferência de segurança pública, pois também é o problema vivenciado por todos os comerciantes, por todos os setores do comércio do estado de Santa Catarina, especialmente para as pessoas das comunidades pobres em todo o nosso estado.

Quería emendar esse assunto a um telefonema que recebi insistentemente ontem, sr. deputados, durante a posse do ex-deputado Julio Garcia como conselheiro do Tribunal de Contas. Estávamos lá, os três poderes do estado e os órgãos do poder: os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas, a maioria dos deputados estaduais, vários desembargadores, vários conselheiros, promotores, secretários de estado, o governador e o vice-governador.

O meu telefone na hora do discurso não parava de tocar. Era o telefonema de um soldado da Polícia Militar, honesto e trabalhador, que está preso no 12º Batalhão em Balneário Camboriú. Eu estava a dois metros do poder do estado, de todos os poderes, estava a dois metros da mesa, a cinco metros da tribuna onde falavam os oradores, inclusive o empossado, nosso colega Julio Garcia, e o governador do estado.

E o soldado Jorge Castanha de Araújo me ligava insistentemente. Por elegância, não iria atender ao telefone naquele momento, mas eu imaginava a angústia dele. A minha vontade, e só não o fiz por respeito ao empossado Julio Garcia, era gritar bem alto que um soldado honesto e trabalhador de Balneário Camboriú está preso desde o dia 11 de agosto e queria falar. Ele está preso porque no dia 7 de fevereiro de 2005, durante seu horário de trabalho, fez uma sugestão, pelo rádio de comunicação da viatura, diferente da determinação que o tenente havia dado. O tenente o chamou para conversar às 7h. Chegando lá já havia outro tenente na mesma sala. Mandaram o colega dele de

radiopatrulha sair da sala. Ofenderam, humilharam, disseram tudo. Ele saiu da sala, é evidente que também falou alto, porque é uma pessoa com dignidade, e um dos tenentes foi atrás. Ele foi para o banheiro, o tenente foi atrás aos gritos e em seguida ele recebeu voz de prisão em flagrante por crime militar, por haver agredido o oficial. Sem testemunhas dentro do banheiro prevaleceu aquilo que disse o tenente que ainda se passou por oficial do dia, quando não era. Sendo oficial do dia a pena é maior e ele não era oficial do dia. Recebeu três anos de prisão - pena que dá, inclusive, exclusão da Polícia Militar - porque fez uma sugestão em serviço.

Com angústia pergunto na frente dos poderes do estado: é justo? Este é um estado democrático?

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário das Breves Comunicações, com a palavra o deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, estão faltando 42 dias para que o governo do estado encaminhe para esta Casa o projeto de lei regulamentando o pagamento por serviços ambientais, conforme prevê o Código Ambiental aprovado nesta Casa. Faltam apenas 42 dias para a matéria chegar a esta Casa estabelecendo critérios e formas de pagamento pelos serviços ambientais prestados pelos nossos agricultores e agricultoras no estado de Santa Catarina! É bom que se ressalte que o governo federal, através do ministério do Meio Ambiente, já apresentou três instruções normativas, uma delas tratando especificamente dessa matéria importante.

Eu venho discutindo o assunto nesta Casa, desde 2003, com vários segmentos sociais, entidades e movimentos sindicais ligados aos nossos mini, pequenos e médios trabalhadores do campo. Não vejo alternativa para os pequenos agricultores continuarem a sua atividade no campo se não houver uma política de estado que possa ampará-los nessas suas atividades. Portanto, estamos no aguardo do envio dessa matéria.

Sabemos que já existem alguns encaminhamentos, alguns debates estão sendo construídos pela base do governo e vamos ver como isso chega a esta Casa.

Nessa mesma direção, apresentei também a esta Casa, recentemente, um projeto de lei que trata da garantia de renda ao micro, pequeno e médio trabalhador e trabalhadora do campo, independentemente que possa trazer obstáculos à sua atividade: se as diferentes intempéries que possam acontecer, se a frustração da safra ou cultura ou se o preço mínimo mais alto do que o de mercado. É um projeto de lei visto com bons olhos pelos nossos trabalhadores e trabalhadoras da roça, porque será uma garantia da permanência no campo.

Nessa mesma direção, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina

aprovou um projeto de lei que se transformou na Lei n. 8.676, de 1992, que garante aos agricultores e agricultoras o seguro agrícola. Infelizmente, e já se passaram basicamente 18 anos, quase duas décadas, até hoje não houve a regulamentação da matéria por parte das diferentes administrações que passaram pelo Executivo em Santa Catarina.

Nesse sentido, vamos propor uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão por parte do estado, por não ter tido a ousadia de regulamentar essa matéria, que está garantida na Constituição do Estado de Santa Catarina.

Então, é fácil muitas e muitas vezes fazer discursos em defesa dos pequenos, médios e microagricultores, mas no momento em que, através de ações concretas, dever-se-ia manifestar apoio, fica-se longe, distante. Por isso, espero que possamos aqui obter a sustentação de vários parlamentares para fazer essa discussão na própria Justiça e, quem sabe, garantir esse direito aos nossos agricultores e agricultoras.

No que se refere à questão da lei da vigilância, da segurança, na mesma direção, na mesma linha, entrei com uma proposta de sustação de ato porque existe um decreto de 1976 - e tivemos em maio uma resolução, na Segurança Pública do nosso estado, para suspender esse ato que carece também de regulamentação. Aliás, temos uma Carta Magna que no seu art. 105 diz expressamente que todos os atos anteriores à Constituição deveriam ser objeto de lei complementar regulamentando a matéria. Mas até hoje o Executivo de Santa Catarina não o fez.

Quanto ao decreto de 1976, está em plena vigência, mas carecendo de sustentação legal, jurídica. Apesar disso, está colocando empecilhos para a realização de eventos no estado de Santa Catarina. Existem exigências absurdas às pequenas comunidades, àquelas comunidades que trabalham de forma voluntária, para manter a sua atividade.

Da mesma forma, as nossas lotéricas e outras iniciativas estão sendo inviabilizadas, mas é dever e obrigação do estado garantir a segurança de toda cidadã e de todo cidadão e não da iniciativa privada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Deputado Serafim Venzon, peça a v.exa. o favor de permitir que fale agora o PDT, na pessoa do deputado Sargento Amauri Soares; logo em seguida v.exa. terá a palavra.

(O deputado aquiesce.)

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos, com a compreensão do sempre solícito e educado deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Obrigada, sr.

presidente. Desculpe a nossa participação para essa pequena confusão. Agradeço também a generosidade do deputado do PSDB, que na verdade será o segundo a falar. Estou falando agora também pela bondade da deputada Professora Odete de Jesus, a quem agradeço pela generosidade, que vai falar no horário do PDT, que é o último. Essa inversão, então, acabou criando essa confusão.

Eu quero voltar ainda à questão que estava falando no pronunciamento anterior. Por isso pedi para antecipar, para não deixar o assunto esfriar.

O soldado Jorge Castanha de Araújo foi preso em flagrante por crime militar, no dia 7 de janeiro de 2000, em tese por ter agredido um oficial. O processo aconteceu lá atrás. E ele já esteve preso por 18 dias em flagrante, até que se conseguiu relaxar a prisão para que ele respondesse o processo em liberdade. Entre uma troca de advogado e outra é possível que tenha havido algum descuido, e o processo tramitou e veio a condenação de três anos de prisão, que é uma pena, pois isso só é possível quando há uma agressão ao oficial do dia ou à sentinela do quartel. E não é o caso, porque o tenente que supostamente teria sido agredido pelo soldado Castanha, fato que não ocorreu, repito, só que não há testemunhas, não há testemunhas do fato concreto, do ocorrido, não era o oficial do dia no momento do fato, ele assumiria como oficial do dia às 8h. E estamos falando das 7h, quando aconteceu o fato. A pena por agressão a um superior é de três meses a um ano; se for a oficial do dia é de três anos a oito anos.

Evidentemente, estamos trabalhando na defesa para fazer uma revisão processual nessa questão, até para se estabelecer, agora com novos documentos de prova, que aquele oficial não era o oficial do dia. E temos a escala de serviço para comprovar isso. Outras testemunhas teriam visto e acompanhando a troca de palavras, não muito amistosa, do tenente com o soldado e do soldado com o tenente. Logo, os dois incorreram no mesmo erro. Ou o Regulamento Militar e o Código Penal Militar só punem praças? Se houve uma discussão entre os dois e se há alguém errado, os dois estão errados, porque a discussão ocorreu entre os dois.

Nós estamos trazendo esse fato evidentemente que não só para falar de um caso particular, até porque temos vários. Há 43 praças agora, neste momento, no Conselho de Disciplina, proibidos, inclusive, de trabalhar na rua pelo comandante-geral, porque estão respondendo a processos de conceito de disciplina, que são internos, dentro da corporação, não são do Poder Judiciário ainda.

Esses praças estão afastados, proibidos de trabalhar na frente das lotéricas e das agências franqueadas dos Correios dos senhores. E a imprensa divulga como policiais que não estão trabalhando na rua. Mas temos 43 policiais proibidos pelo comandante de

trabalhar, porque estão afastados das funções e são proibidos de realizar escala de serviço.

O soldado Castanha é honesto, trabalhador, com 30 anos de serviço e é soldado porque não permitiram comportamento para que ele fosse promovido a cabo. Esse soldado também está preso em Balneário Camboriú, fazendo café, enquanto a população grita por segurança.

Então, a discussão que trago aqui, porque li o artigo da advogada de Joinville, é justamente essa, porque a sociedade não quer mais esse modelo de segurança em que se pode prender um soldado por três anos, um soldado honesto, trabalhador, comprovadamente, porque ele discutiu com um tenente num determinado dia.

É mais fácil prender um policial honesto, em Santa Catarina e no Brasil, do que prender um assassino. E precisamos mudar isso para o bem dos direitos humanos, porque o policial militar, o policial civil, o agente prisional, aquele que realiza a segurança pública que a população tem também é um ser humano.

O soldado Castanha é pai, é avô, é um homem honrado e trabalhador...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL, falo agora no horário do PSDB.

Na verdade, cada um de nós, do partido, tem recebido inúmeros questionamentos sobre as eleições do ano que vem. Quem será o candidato do PSDB? E somos unânimes em responder, porque todos nós, deputados Marcos Vieira, José Natal, Nilson Gonçalves, Jorginho Mello, Giancarlo Tomelin, temos candidato, sim, a governador: Leonel Pavan. Aliás, ele será o governador, conforme palavras do próprio governador atual, Luiz Henrique da Silveira, já a partir de janeiro próximo.

Diante de alguns acontecimentos, diante da postura do ex-governador Eduardo Pinho Moreira, diante de notícias de encontros com lideranças do PT, multiplicaram-se os questionamentos que nos são dirigidos. Cada um de nós, deputados, todas as lideranças do PSDB, tem ouvido: "Final, o PMDB manterá mesmo a polialiança?" Essa polialiança que já dura oito anos, eis que Luiz Henrique e Leonel Pavan, nos últimos quatro anos, vêm governando a quatro mãos. E, como diz o próprio Luiz Henrique, essa polialiança tem feito um grande trabalho.

Mas são muitos os questionamentos: "E para o ano que vem, como é que vai ficar, como é que vai ser?"

Deputado Antônio Aguiar, v.exa. é testemunha do comportamento do

PSDB dentro desta Casa; v.exa. é testemunha, assim como o deputado Romildo Titon e os deputados do DEM, do quanto temos honrado e defendido os nossos parceiros, os nossos companheiros que vêm governando o estado conjuntamente.

Eu até imagino que esses encontros com lideranças do PT sejam factoides; ou imagino ainda que essas visitas sejam para amenizar alguns questionamentos que o próprio PT tem feito nesta Casa. Por exemplo, o questionamento sobre o salário do governador aposentado, Eduardo Pinho Moreira, foi um questionamento oficial feito pelo PT desta Casa. Houve um questionamento do PT sobre a postura de Pinho Moreira, como presidente da Celesc, como presidente da *holding*, acerca da sua condução dos trabalhos. Tanto é que esse questionamento originou aqui, inclusive, pedidos de informação, pedido de comparecimento do então presidente para esclarecer inúmeros fatos.

Eu imagino, então, deputado Nilson Gonçalves, que aquelas visitas que Eduardo Pinho Moreira tem feito ao PT sejam para amenizar isso, para o PT dar uma diminuída no volume desses questionamentos, até porque o PSDB tem-se mantido fiel ao governo e sempre foi fiel também a Eduardo Pinho Moreira.

E pode confiar, Eduardo, porque manteremos o nosso acordo, manteremos a confiança que temos no senhor, que temos no governo, a confiança que temos na coligação.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Concedo um aparte ao deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputado Serafim Venzon, acho que não podemos sequer pensar diferente da figura de Eduardo Pinho Moreira, porque recentemente, quando o seu líder Leonel Pavan almoçou com Joares Ponticelli, que é da Oposição, não fizemos alarde e também compreendemos a posição do vice-governador. E acho que a colocação de Pinho Moreira nesse momento é uma colocação política, a mesma de Leonel Pavan à época em que conversou com o deputado Joares Ponticelli, do PP. São, portanto, fatos isolados que não devemos polemizar.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não, deputado Antônio Aguiar, e obrigado pelo seu aparte.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Concedo um aparte ao deputado José Natal.

O Sr. Deputado José Natal - Meu líder, deputado Serafim Venzon, eu não queria escutar o que escutei do deputado Antônio Aguiar. E não estranhem os senhores se daqui a pouco o sr. Eduardo Pinho Moreira procurar Angela Amin também, porque ele quer fazer tudo! Mas não quero levar para esse lado, nobre deputado.

Eu quero reafirmar o discurso feito nesta Casa por v.exa. de que o

PSDB é e será um partido fiel ao governo do PMDB ao qual dá sustentação.

Quanto ao que está acontecendo aqui, já que v.exa. levantou, queremos crer que seja, sim, o ex-governador Eduardo Pinho Moreira se aproximando do PT para amenizar as questões quase pessoais levantadas pelo PT no passado. Mas, independentemente disso, o PSDB continuará honrando o compromisso com a tríplice aliança em Santa Catarina. Inclusive, sempre colocamos aqui que Luiz Henrique e Leonel Pavan administram este estado a quatro mãos e enquanto o nosso líder Leonel Pavan nada disse em contrário, continuaremos defendendo essa aliança. Agora, se ele amanhã ou depois der um recado diferente, viremos aqui dar o recado do nosso líder também.

Agora, não fiquem soltando pedrinhas por aí, porque sentar com qualquer um realmente vira bagunça e não é isso que Santa Catarina precisa. Santa Catarina precisa de homens de postura política que tenham posições definidas. E queremos posição definida do PMDB como tivemos até agora.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Deputado José Natal, o PSDB continuará honrando os seus compromissos com a sociedade, até porque seria difícil a sociedade entender a postura dos políticos se agíssemos diferentemente.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, não tenho condições de assomar à tribuna porque, infelizmente, cheguei agora de Brasília. Mas agilizei essa minha volta de Brasília por conta da votação que teríamos no dia de hoje, do Projeto de Lei n. 0288/2009. Até deixei de cumprir outros compromissos para poder estar em plenário no dia de hoje, para poder votar nesse projeto. Mas, para minha decepção, esse projeto, que trata de mudança na Lei n. 14.737, não chegou nem a dar entrada na comissão de Segurança Pública.

Eu só quero deixar registrado esse aborrecimento porque estava tudo devidamente encaminhado, sr. presidente, havia um entendimento de que agilizaríamos a aprovação desse projeto no dia de hoje, em função dos problemas que vão enfrentar as pequenas casas lotéricas de Santa Catarina a partir do dia 15. Infelizmente, foi pedido vista em gabinete e agora temos que aguardar a votação para a semana que vem.

Só queria deixar registrado o aborrecimento e a tristeza de ver, mais uma vez, as coisas caminharem de maneira lenta.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, até para fazer justiça com o deputado Nilson Gonçalves, quero dizer que ontem ele me ligou pedindo-me que o representasse, até porque estamos juntos nessa luta, na comissão de Segurança Pública, na manhã de hoje, para trazermos a matéria a plenário. E nós fizemos um esforço, deputado Antônio Aguiar, v.exa. também é autor de uma das matérias que eu relatei ontem e a sua preocupação está contemplada na emenda substitutiva do deputado Darci de Matos.

Esperamos que na próxima quarta-feira possamos votar, deputado Nilson Gonçalves, já em reunião conjunta da comissão de Finanças com a comissão de Segurança, para, na quarta-feira à tarde, trazermos a plenário essa matéria e dar segurança para que essa gente possa continuar labutando e mantendo a sua atividade, porque, efetivamente, esta Assembleia cometeu um erro e precisa corrigi-lo rapidamente.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, povo catarinense, sem dúvida nenhuma, é uma injustiça o que foi feito com as casas lotéricas e com as agências dos Correios. Temos certeza de que essa injustiça vai ser corrigida pela Assembleia Legislativa.

(Palmas das galerias)

Gostaria, hoje, catarinenses, de dizer da minha preocupação, como médico ortopedista, com relação ao que está acontecendo com a saúde em nosso estado.

Foi registrada a primeira vítima infantil da gripe A no estado! As pessoas estão morrendo, sim, devido à *influenza A* (H1N1). Nós temos que tomar precauções, e elas estão sendo tomadas pela secretaria da Saúde.

Mas eu gostaria de relatar aos catarinenses o que está acontecendo, em termos de dados, com a evolução do quadro da gripe A.

(Passa a ler.)

"Mais 12 mortes pela gripe A são confirmadas. Entre elas, uma menina de seis anos que morava em Jaraguá do Sul. São 32 as mortes causadas pela gripe A no estado. O número, que na semana passada era de 20 casos fatais, foi confirmado ontem pela secretaria de estado da Saúde. Entre as vítimas está uma criança de seis anos, a primeira na população infantil até agora. Dos últimos 12 casos, nove eram de grupos de risco, com maiores chances de complicação do quadro (como obesos, cardiopatas e pessoas com doenças crônicas).

O sistema de dados da Vigilância Epidemiológica Estadual (Dive) mantém 3.243 casos em análise, sendo 106 óbitos investigados. Em Santa Catarina houve 320 casos de *influenza A* (H1N1).

As autoridades da Saúde alertam que mesmo com o aumento da temperatura e a proximidade do fim do inverno a população deve continuar prevenindo-se. A preocupação cresceu depois que aumentou o número de pacientes internados com gripe A nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs): em 10 de agosto, 45 pacientes estavam em UTIs e 26 pacientes mantidos em ventilação mecânica. No início desta semana, o número de pacientes subiu para 93, sendo que 72 utilizam ventilação mecânica. Também por isso os municípios continuam sendo orientados a manter em atividade os centros de triagem e os horários estendidos nos postos de saúde.

Segundo a secretaria da Saúde, o número de internações hospitalares diminuiu, o que é considerado forte indicio de que os pacientes estão procurando orientação médica apenas quando o quadro já se agravou. Em 16 de agosto, 613 pacientes estavam internados com sintomas de gripe em hospitais de Santa Catarina. Na segunda-feira, a quantidade de internações era de 297 pacientes, ou seja, diminuiu 50%.

Segundo o secretário Dado Cherem, 'quanto antes a pessoa buscar acompanhamento médico, mais chances terá de recuperar a saúde'. Na manhã de ontem, um paciente de 26 anos começou a sentir dor de garganta, tosse e estava com febre de 39°C. As 15h, procurou o Centro de Triagem de São José, na Grande Florianópolis, mas só foi atendido às 18h30min. 'O atendimento foi bom. Disseram que eu tenho que ficar em observação. Só que demorou demais' disse."

Então, há atendimento nos hospitais, mas às vezes demoram a ser realizados. Por isso há necessidade da contratação de mais profissionais pela secretaria da Saúde, mais médicos e enfermeiros, para o atendimento de pacientes que contraíram o vírus H1N1.

Temos certeza de que devemos continuar a ter cuidado e estar vigilantes. Não podemos achar que está tudo bem. Com esse vírus, deputado Serafim Venzon, não está tudo bem! Temos que cuidar e intensificar as atividades epidemiológicas que a secretaria da Saúde determina.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Antônio Aguiar, v.exa. comenta aqui um assunto que é de interesse de toda a sociedade. Essa gripe A tem atemorizado, de certa maneira, as pessoas em todos os cantos de Santa Catarina e tem, inclusive, prejudicado a economia do estado e do Brasil, pelo fato de a terem apelidado de gripe suína. Isso ocorreu porque o vírus, na sua evolução, na sua maturação, fez alguma fase no aparelho respiratório do suíno, mas a sua transmissão não tem nada a ver com o consumo de carne suína.

Esta Casa tem feito alguns movimentos, em consonância com movimentos da sociedade, no sentido de

que o governo elabore uma matéria publicitária para explicar à população que não existe relação entre o consumo de carne suína e o risco de transmissão da gripe A.

V.Exa. colocou que o total de mortes até agora é de 32 ou 52 pessoas. Na verdade, no ano passado e no ano retrasado, o número de pessoas que morreram infectadas pela gripe comum foi muito maior do que o número de pessoas que morreram neste ano em consequência dessa nova gripe. Então, se começarmos a levantar a *causa mortis*, veremos que diversas pessoas morreram do nada e veremos também que o número talvez seja até maior do que a quantidade de pessoas que morreram devido à gripe A (H1N1). E digo isso apenas para que a população não fique atemorizada com a doença.

Mas devo destacar, deputado Antônio Aguiar, que a evolução dessa gripe e a da gripe comum, neste ano, em Santa Catarina, está sendo razoável, melhor do que no ano passado. Neste ano morreu menos gente de gripe ou de doenças respiratórias do que no ano retrasado ou no ano passado. Isso porque as pessoas passaram a aumentar os cuidados que deveriam ter com essa ou com a outra gripe.

Um detalhe também importante é que é raro essa nova gripe atingir os idosos. Talvez seja por causa do programa de vacinação, iniciado há muitos anos e que foi mantido pelo governo federal e pelo secretário Dado Cherem.

Então, se não fosse a ação rápida e eficaz da secretaria de Saúde, do secretário Dado Cherem, certamente, ao invés de 30, 40 ou 50 mortes, talvez fossem 150, 200 ou 300. Temos um número, infelizmente, irreparável, mas que não é maior graças à presteza, às ações de vigilância do governo, que são chefiadas pelo secretário Dado Cherem.

Portanto, encerrando o meu aparte, quero saudar também as ações rápidas que está tendo a secretaria da Saúde, pilotada pelo secretário Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Hoje, tivemos na Assembleia Legislativa a posse, novamente, do nosso deputado Carlos Chiodini, de Jaraguá do Sul. Portanto, queremos dar as boas-vindas, em nome da bancada do PMDB, a esse valoroso companheiro. Gostaríamos de dizer ao deputado Carlos Chiodini que realmente nós nos sentimos felizes por ele estar aqui conosco, pois como presidente da Juventude do PMDB temos certeza de que fará um grande trabalho na nossa Assembleia Legislativa.

Mas eu gostaria de me reportar ainda ao governador Luiz Henrique da Silveira. Hoje, na cidade de Mafra, sua excelência receberá mais uma justa homenagem: será considerado, a partir de hoje, cidadão mafrense.

Luiz Henrique da Silveira, sem dúvida nenhuma, conquista cada vez mais Santa Catarina, pela sua competência, pela sua determinação, pelo seu trabalho, pela sua credibilidade, pela sua trajetória

política. Há 40 anos faz política no estado, cõo prefeito, deputado estadual, deputado federal, ministro e duas vezes como governador, e sempre honrou o povo catarinense.

Mostrou o seu lado humano na época da tragédia de Blumenau e Itajaí; com seu espírito humanitário esteve presente em Papanduva, Monte Castelo e Itaiópolis, onde, através deste deputado e do representante da Defesa Civil, major Márcio Luiz Alves, também prestou a sua solidariedade.

Temos certeza de que o governador da descentralização possui, sem dúvida nenhuma, um olho clínico maior do que muitos políticos e tem no seu coração a vontade, a competência e o trabalho para atender todos os catarinenses.

Governador Luiz Henrique da Silveira, em nome do planalto norte, mais precisamente em nome da cidade de Mafra, a nossa homenagem a v.exa. que hoje vai receber o título de Cidadão Mafrense.

Um grande abraço a todos e até as 19h, hora em que receberá o seu título.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, hoje, dia 2 de setembro, às 19h, inicia o XI Congresso da Sociedade Brasileira de Radioterapia, a IX Jornada de Física Médica, o VII Encontro de Enfermeiros Oncologistas em Radioterapia e do VI Encontro de Técnicos em Radioterapia da Sociedade Brasileira de Radioterapia. Inclusive, nesse congresso teremos a presença de sete médicos radioterapeutas americanos que, junto com outros palestrantes brasileiros, vêm dar maior brilho a esse grande encontro no Centro Sul, com mais de 750 participantes.

Quero convidar v.exa., sr. presidente, bem como os deputados desta Casa, para participar da cerimônia de abertura hoje, às 19h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra o sr. deputado Cesar Souza Júnior, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, hoje, apesar de já termos falado exaustivamente sobre esse assunto nos últimos dias, não poderia deixar de registrar a bela posse, a altura daquilo que representa em Santa Catarina, do nosso agora conselheiro Julio Garcia.

Ao findarmos a nossa sessão, ao fim do discurso do, até aquele momento, deputado Julio Garcia, os deputados de todas as bancadas dirigiram-se, num ato de um simbolismo muito forte, até ao Tribunal de Contas do Estado, o que mostrou que a indicação do

conselheiro Julio Garcia foi algo maior do que um ato político-partidário, do que um ato de acomodação de forças que compõem uma aliança política. Foi, sim, uma demonstração de grandeza deste Poder e daqueles que o compõem.

Estiveram lá deputados de várias correntes políticas, e lá chegando viram membros do Poder Judiciário, ex-deputados, vereadores. Houve a presença maciça também do Ministério Público Estadual. Foi, sem dúvida, um momento de consagração pessoal de um homem público, mas também um momento de demonstração de que esta Casa pode, sim, dentro do espírito que o deputado Julio Garcia deixou aqui para todos nós, construir com altivez a independência de um Poder; um Poder que não deixa de ser às vezes antagônico internamente, mas que pode ser, sim, um Poder onde há convivência construtiva, democrática e respeitosa.

Por isso, na tarde de ontem, creio que tivemos, em Santa Catarina, uma demonstração de grandeza do homem público, acima da vitória pessoal, e essa incontestável, do então deputado e hoje conselheiro Julio Cesar Garcia. E todos nós já falamos à exaustão que ele deixará muita saudade nesta Casa.

Aproveito para, em nome da bancada do Democratas, que tenho, nesta Casa, a honra de liderar, dar as boas-vindas ao novo deputado Carlos Chiodini, que tem passagem profícua em projetos e trabalhos realizados pelos catarinenses.

Creio também, srs. deputados, que devemos, na sequência, votar o projeto de lei que altera a lei de vigilância aqui aprovada uma lei, sem dúvida, proposta com a melhor das intenções, mas que apresentou efeitos colaterais que podem ser nefastos para a atividade lotérica e para a atividade de franquia dos Correios. Acho que a Casa deu uma demonstração de que sabe reconhecer quando erra e que tem a agilidade necessária para reparar o erro.

Todos nós aqui representamos o povo catarinense. Somos humanos, falhamos. Houve essa falha na intenção de acertar. Falhamos, mas tivemos a agilidade necessária para reparar o erro antes que ele gerasse reais danos a um grupo que faz hoje um trabalho social e econômico da mais alta grandeza. Talvez a intenção que a Casa teve de proteger clientes e lotéricos não tenha sido a correta. Mas é outro tema que temos de levantar com relação à segurança dos franqueados e dos clientes.

Falávamos na comissão de Constituição e Justiça que quem ganha dinheiro, de fato, com a atividade do franqueado é a Caixa Econômica Federal. O franqueado fica com uma fração diminuta, pois tem que pagar funcionário, aluguel e outras despesas com uma fração pequena daquilo que recebe. Quem ganha mesmo é a Caixa. Então, é hora de a Caixa Econômica Federal, que lucra milhões, que é um banco lucrativo - ainda bem -, destinar um pouco do lucro para a proteção do franqueado e dos seus clientes.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Nobre deputado, v.exa. tem razão. Precisamos reconhecer o erro que cometemos porque é claro que a intenção do colega Renato Hinnig era a melhor possível, ninguém tem dúvida e deixamos isso muito claro na comissão de Finanças. No momento só olhamos por um prisma. E o pior é que essa gente, que já é tão tributada - somos o povo que mais paga impostos do mundo -, tem que ter o estado, ou seja, o poder público estadual e o poder público federal, como o garantidor da segurança. O cidadão que já é bitributado, que é a ponta mais fraca e que leva a menor parte da lucratividade, não pode assumir mais um ônus.

Espero que possa haver bom senso na quarta-feira que vem - e depois a lei entra em vigor -, pois se não corrigirmos rapidamente o erro essa gente vai sucumbir.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Precisamos reparar o erro, mas não deixar de ter esse problema sob a luz desta Casa, ou seja, da segurança nas lotéricas e nas agências franqueadas dos Correios. Esta Casa tem que auxiliar nessa cobrança.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grandó - Nobre deputado, aproveito o aparte para colocar o posicionamento do PPS e dizer que esta Casa é mediadora. Realmente temos que corrigir esse erro, sem perder, na discussão, o foco na questão da segurança em todo o seu verticalismo.

(Palmas das galerias)

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, desejo registrar a presença dos vereadores Gilmar Gonçalves, de Águas Frias, e Gilvani Carneiro, de Monte Castelo, além do prefeito Osni Francisco de Fragas, de Ituporanga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - A Presidência registra com prazer a presença das autoridades citadas.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero dizer que não concordo com a posição do deputado José Natal, que há pouco debateu sobre os problemas internos do governo, sobre sua aliança, quando trata o Partido dos

Trabalhadores como um qualquer, deputado Pedro Uczai. Esse qualquer um é o partido que vai, com certeza, governar o estado de Santa Catarina, a partir de 2011, com a senadora Ideli Salvatti e vai fazer a grande diferença em nosso estado; é também o Partido dos Trabalhadores que vem governando o Brasil e que está fazendo a diferença, neste momento.

Com certeza há um grande debate colocado em nível nacional e que ontem foi falado aqui e divulgado pela imprensa em todo o país, que é a questão do pré-sal, mostrando a responsabilidade como estamos tratando essa questão, olhando para o futuro, para o estado brasileiro, para a não privatização, para o fortalecimento das nossas empresas públicas e, como disse o presidente, para o dinossauro, a Petrobras, que em 1997 por pouco não foi para a iniciativa privada, para o capital internacional. Então, quero só deixar isso muito claro.

O deputado Cesar Souza Júnior trouxe à tona a questão polêmica da Lei n. 14.737, sobre a qual a nossa visão é diferente. Nós entendemos que não é a Caixa Econômica Federal ou os Correios que devem contratar segurança, é o estado de Santa Catarina, ou seja, é o governo quem tem responsabilidade de proporcionar segurança a todos. Se cada pequena empresa, se cada pequeno estabelecimento, no município, precisar contratar segurança privada, aonde vamos parar?

É para isto que queremos chamar a atenção, ou seja, para a responsabilidade do governo de Santa Catarina pela segurança no estado. Há problema e ele precisa ser corrigido pelo governo do estado que é apoiado pelo deputado Cesar Souza Júnior.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Esse discurso que o deputado Cesar Souza Júnior fez aqui e que já fez ontem na comissão é muito fácil, pois coloca a responsabilidade da segurança de Santa Catarina nas lotéricas e na Caixa Econômica Federal. Mas o governo do estado, do qual ele faz parte, é que tem que garantir a segurança pública para os catarinenses.

Ele que não venha fazer esse discurso falso para receber aplausos das lotéricas, colocando a responsabilidade da segurança na Caixa Econômica Federal. Vamos assumir a responsabilidade com a segurança do cidadão! E em Santa Catarina quem tem responsabilidade é a secretaria de Segurança Pública.

A luta das lotéricas é legítima, sim, porque não pode cair sob sua responsabilidade a segurança, o que compromete a sua rentabilidade. Por isso, estamos corrigindo aqui o debate e a discussão, mas não vamos atravessar a direção e colocar no governo federal a responsabilidade de inviabilizar ou não as lotéricas, até porque o deputado que propôs segurança privada nas lotéricas é da base do governo.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado, deputado Pedro Uczai.

Nós queremos, junto com esse debate sobre a segurança pública, levantar a necessidade, mais uma vez, de a secretaria de Segurança Pública corrigir um grande problema que é a perseguição que vem empreendendo contra os trabalhadores, expulsando-os da Polícia Militar de Santa Catarina porque se mobilizaram para buscar uma condição de vida melhor, baseados, inclusive, numa lei aprovada aqui com o apoio do governador Luiz Henrique da Silveira. Então, essa questão precisa ficar muito bem registrada, para que não se faça uma avaliação rasa, simples, do processo que está colocado neste momento.

Mas eu quero trazer outro tema no horário reservado ao PT no dia de hoje, acerca de um projeto importante para Santa Catarina que está tramitando na Casa. Temos a perspectiva de fazer um acordo sobre o piso mínimo regional de Santa Catarina, através de pequenas emendas e esperamos que isso de fato continue valendo.

A nossa bancada está atuando na perspectiva, tendo em vista a importância desse projeto para o desenvolvimento do estado, para a geração de emprego e para a distribuição de renda, da aprovação do piso regional como consta do projeto original, até porque foi acordado com os trabalhadores e com as centrais sindicais.

Lamentamos a informação de setores empresariais de Santa Catarina, que dizem que precisam de mais tempo para discutir. Há três anos esse debate está sendo colocado no estado. As entidades patronais foram convidadas para participar do debate, houve até audiência pública nesta Casa à qual não compareceram. Também foram convidados para audiências com as centrais sindicais e com o governo e não compareceram.

Então, neste momento não dá para destruir o projeto com emendas, com pressões sobre os deputados! O projeto tem que ser aprovado como veio; se houver emendas, elas de fato destruirão a proposta na sua essência, no mérito, que é avançar na perspectiva de melhoria da renda dos trabalhadores catarinenses. A única emenda possível é a que estabelecerá a data-base. No mais, não vamos concordar com emendas.

Então, esperamos que o projeto, fruto de um processo de pressão dos trabalhadores, das centrais sindicais, mas também articulado com o Poder Executivo, com o governo do estado, não seja destruído por emendas. Pedimos essa compreensão aos srs. parlamentares e se for preciso fazer emendas, que sejam construídas no futuro, mas não neste momento.

Então, é nessa perspectiva que estamos atuando e é essa a posição da nossa bancada. Esperamos votar esse projeto no prazo estabelecido, ou seja, no final da semana que vem. Esperamos que terça ou quarta-feira da próxima semana esse projeto possa ser votado e aprovado, o que fará com que este

Parlamento dê a sua contribuição para o desenvolvimento do estado, gerando milhares de empregos e melhorando a qualidade de vida da população e dos trabalhadores catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio AleSc Digital.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Deputado Joares Ponticelli, por gentileza, eu peço escusas a v.exa., para, em aparte, responder ao deputado Pedro Uczai o que colocou no seu pronunciamento.

Eu quero dizer que continuo defendendo que a Caixa Econômica Federal, que lucra milhões com a atividade lotérica, deve, sim, dar mais proteção ao seu franqueado. Aquele discurso, esse, sim, fácil, de que o governo do estado deve dar segurança pública é que não vai dar nunca segurança ao franqueado da Caixa Econômica Federal, porque é o governo federal, que já está no seu segundo mandato, que nada faz para melhorar a segurança em Santa Catarina; esse mesmo governo federal que já está aí há tanto tempo e que vê os índices de violência crescerem no Brasil sem fazer nada para mudar. E mais, se depender desse governo, nada irá acontecer.

Portanto, a Caixa Econômica Federal, que é um banco que lucra muito com a atividade lotérica, que dê mais segurança ao lotérico! Essa é a nossa posição e vamos defendê-la aqui, sim!

Mas nesta Casa, qualquer coisa que se fale que mexa com o governo federal, alguns ficam exaltados. No entanto, é o governo federal, sim, que deve promover a proteção do franqueado, daquele que gera lucro para a CEF. Essa é a nossa posição e vamos continuar a defendê-la nesta Casa.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - E ainda sobre segurança, prestem atenção, vocês que acompanham a nossa sessão na tarde de hoje. Srs. deputados, pasmem com o projeto de lei que deu entrada, ontem à noite, na Câmara Municipal de Campos Novos, cuja cópia acabei de receber através do meu amigo vereador Adavilson Telles, o Mancha.

Peço a atenção de v.exas. para a leitura que farei do projeto de lei.

(Passa a ler.)

"Câmara Municipal de Campos Novos

Projeto de Lei n. 0013/2009, que declara situação de emergência no município de Campos Novos em face da falta de segurança pública."

Parece coisa da Oposição. Preste atenção, deputado Pedro Uczai.

(Continua lendo.)

"Sílvio Henrique de Almeida Lopes Sobrinho, vereador da bancada do PMDB com assento nesta Casa, como membro titular da Câmara de Vereadores, no uso das prerrogativas legais apresenta o seguinte projeto de lei:

Art. 1º. Visa declarar situação de emergência no município de Campos Novos, estado de Santa Catarina, em face da falta de segurança pública, devido ao aumento constante da criminalidade e delitos que vêm sendo realizados freqüentemente.

Art. 2º. Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, em 1º de setembro de 2009.

(a) Vereador Sílvio Henrique de Almeida Lopes Sobrinho
Primeiro-Secretário da Mesa Diretora."

E ele é da bancada do PMDB!

Deputado Nilson Gonçalves da Silva, agora não é só a Oposição que reclama, é a própria irmandade que começa a reclamar, é gente do mesmo sangue, da mesma origem. É vereador do PMDB de Campos Novos, pedindo a decretação de estado de emergência no município pelo crescimento da violência, enquanto o secretário da Segurança Pública continua trocando viaturas por votos e por cabos eleitorais pelo estado afora. Essa é a verdade dos fatos!

Denuncio e continuarei denunciando: governador Luiz Henrique, tome providências, pois não é possível que v.exa. permita que o secretário, candidato Ronaldo Benedet continue a fazer o que está fazendo. Deputado Nilson Gonçalves, tem que haver alguma coisa muito forte que mantenha esse Benedet no poder. Deve haver alguma coisa muito grandiosa, além da filiação partidária. O que esse Benedet está fazendo, deputado Genésio Goulart, é destruir a Segurança de Santa Catarina. É só campanha, só campanha. Deputado Peninha, é viatura para lá e cabo eleitoral para cá, por toda Santa Catarina, deputado Peninha!

Deputado José Natal, há discriminação em batalhões que não possuem contingente, pessoal, ao passo que outros, onde interessa eleitoralmente ao secretário Benedet, o número multiplica-se, triplica-se. Na distribuição de viaturas é a mesma coisa, deputado Genésio Goulart, o nosso 5º Batalhão recebeu menos de uma dúzia, enquanto a cidade de Joinville, agora que ele está com medo do governador Luiz Henrique, para tentar reabilitar-se vai receber 60 viaturas, deputado Nilson Gonçalves. Deve ser pouco, pois o sucateamento é geral, mas é assim: viatura mediante voto ou viatura mediante cabo eleitoral.

Lá em São Miguel d'Oeste ele chegou a colocar viaturas em exposição na frente da SDR com faixas para fazer campanha para ele e depois roubaram os pneus das viaturas. Parece piada. Não estou de gozação, deputado José Natal, é sério! Ele colocou as viaturas em exposição durante 20 e poucos dias diante da secretaria de São Miguel d'

Oeste e os bandidos roubaram os pneus das viaturas antes de elas serem usadas, porque estavam lá como material de campanha. Isso é muito sério! E toda a imprensa está noticiando isso todos os dias. Eu não vou cansar-me de vir a esta tribuna para falar sobre o assunto!

Deputado Lício Mauro da Silveira, a família está entrando em desespero, a situação em Santa Catarina é caótica, é insegurança por todo o estado, o secretário vive em campanha e o governador não toma providências. O que será que esse homem tem para continuarem mantendo-o no poder? O que será, deputado Lício Mauro da Silveira? Será que é aquele negócio ainda de fitas que falavam por aí em outras épocas? Será que é aquilo que foi feito que foi usado para impedir que o projeto da Polícia Civil chegasse aqui, aquelas pressões todas, deputado Pedro Uczai? A Polícia Civil continua descontente, os delegados, os comissários, o descontentamento é generalizado, não aconteceu nada; entre os praças da PM o descontentamento é geral, deputado Genésio Goulart.

E o secretário continua em campanha por toda Santa Catarina!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Deputado Nilson Gonçalves, eu me empolguei, desculpe-me, mas cedo o restante de meu tempo para v.exa.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Na verdade, sr. presidente, se v.exa. me permitir, dentro do aparte, eu gostaria mais um pouquinho só de tempo. É que tirando um pouco esse açodamento partidário, e é absolutamente compreensível, eu escutava há pouco, inclusive, o pessoal do PT dizendo que não se deve empurrar para a Caixa Econômica Federal isso e aquilo, que o governo tem que dar segurança, eu concordo com tudo isso. Mas não podemos perder o foco da nossa discussão sobre esse projeto, que é a questão da segurança nas casas lotéricas. Não podemos perder esse foco, inclusive com a máxima urgência. Esse foco tem um nome, e eu vou falar uma expressão bem popular aqui: todos nós, base de governo, Oposição, PT, comemos bola aqui e aprovamos um projeto que agora temos a responsabilidade de corrigir, de arrumar, o mais rapidamente possível.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, sr. presidente! (SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, faço questão de citar a presença nesta Casa do vereador do PMDB, do município de Timbó, David Busarello, um jovem de 23 anos, um dos mais jovens de Santa Catarina e que, tenho certeza, ainda será prefeito da sua cidade e, quem sabe, um dia também estará aqui como deputado estadual, representando o vale do Itajaí.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Fim do horário reservado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno:

Projetos de Lei n. 0100/2009, de autoria do deputado Serafim Venzon, e n. 0119/2009, de autoria do deputado Darci de Matos.

Comunica também que a comissão de Turismo e Meio Ambiente apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0052/2009, de entidade social encaminhando relatório de atividades.

Comunicamos, outrossim, que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0205/2009; 0233/2009; 0239/2009; 0252/2009; 0256/2009; 0270/2009; 0272/2009 e 0286/2009, todos de entidades sociais encaminhando relatório de atividades.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0488/2007, de autoria do deputado Gelson Merísio, que dispõe sobre a obrigatoriedade das casas de diversões públicas destinarem poltronas adaptadas exclusivamente ao assento e à locomoção de deficientes físicos paraplégicos.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0018/2009, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que institui o Programa Estadual de Eliminação da Produção e Consumo de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - Programa Geladeira Ecológica -, destinado a combater o desperdício, a proteger o meio ambiente e a oferecer mais conforto e economia à população de baixa renda.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0029/2009, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a fixação de aviso nos

hospitais informando o direito do pai, da mãe ou do responsável de permanecer com seu filho em caso de internação hospitalar, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0080/2008, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que dispõe sobre a distribuição gratuita de protetor solar aos portadores de câncer de pele no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0085/2009, de autoria do deputado Jailson Lima, que autoriza o Poder Executivo do estado, através da secretaria de estado da Saúde, a realizar laqueadura sem cirurgia na rede pública de saúde no âmbito do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o autor da matéria, deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - É importante registrar que esse projeto representa não apenas economia para o estado, mas principalmente um atendimento mais qualificado na política de saúde das mulheres.

Hoje, para se fazer uma laqueadura pelo SUS, deputado Serafim Venzon, leva-se, dependendo da circunstância e local, mais de um ano. A mulher tem que ir ao hospital, tem que fazer anestesia e fica um dia internada, quando não fica mais. Esse procedimento técnico desenvolvido pelo Hospital das Clínicas de São Paulo é mais eficaz do que o uso da pílula anticoncepcional e do que o DIU. A técnica consiste no implante de um dispositivo à base de titânio, semelhante a uma mola, em cada uma das trompas. O procedimento é feito com o auxílio de uma microcâmera. O titânio provoca uma reação no tecido e, em três meses, obstrui definitivamente as trompas. Tudo

isso pode ser feito no consultório, sem necessidade de internação. Durante três meses a paciente continua tomando o seu anticoncepcional e depois não precisa mais. Então, é um método extremamente eficiente, mais barato e seguro.

Fizemos esse projeto para que o estado de Santa Catarina, na sua política de saúde para atendimento à mulher, adote esse procedimento, que poderá ser feito na rede pública das prefeituras municipais, com profissionais médicos que podem ser treinados para isso, sem que necessariamente sejam ginecologistas.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Ouço v.exa., deputado Serafim Venzon, que também é médico.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Jailson Lima, na verdade o ideal seria que esse projeto fosse redigido assim: "obriga o poder público", e não autoriza simplesmente a realizar esses procedimentos porque, infelizmente, cirurgia de laqueadura, cirurgia de vasectomia ou ainda os programas de contenção da natalidade, quando chegam ao poder público esbarram numa burocracia tão grande que acabam não sendo realizados; ou, o que é pior, afugentam ou expõem demasiadamente o paciente.

Mas esse procedimento que v.exa. coloca de fato é barato, seguro, rápido e não necessita de internação. Só que o estado precisa disponibilizar equipamentos. Agora estamos autorizando o governo do estado a comprar mais de R\$ 50 milhões em material para equipar os hospitais públicos e os conveniados.

Então, aproveitando esse projeto de v.exa., vamos levar ao secretário Dado Cherem a idéia para que haja o compromisso de incluir nessa compra esses equipamentos, a fim de que se realize esses procedimentos pelo menos nas 36 SDRs e também nos hospitais de médio e grande porte.

Assim, apoio v.exa. e muito mais do que autorizar, deveríamos obrigar o governo a estender o programa de controle da natalidade a todos os casais que quisessem utilizar esse procedimento.

Parabéns, deputado.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado pelo seu apoio, deputado Serafim Venzon. Vamos ver se o estado realmente implanta esse tipo de programa.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - O deputado Serafim Venzon quase tomou o seu tempo inteiro, mas não poderia deixar de dar uma pitadinha também nesta conversa.

Gostaria de dizer que tenho uma grande admiração pelo deputado, que considero uma das cabeças mais arejadas desta Casa. Apenas torço, deputado, para que este projeto, além de

aprovado, porque tenho certeza de que vai ser aprovado aqui, possa sensibilizar o outro lado, que é o Executivo, a executá-lo, porque é um projeto autorizativo e, na verdade, eles fazem se quiserem.

Mas nós vamos ficar torcendo para que realmente essa sua ideia se concretize na prática.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, deputado.

Esse projeto, além de dar mais segurança para as mulheres, é extremamente mais econômico para o estado. Então, é uma questão de racionalidade também a sua aplicação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, no projeto anterior, o do deputado Antônio Aguiar, quando v.exa. fez a leitura do projeto e submeteu-o à apreciação, eu estava sentado ali e ergui e mão várias vezes, mas infelizmente v.exa. não me viu. E eu levantei para falar alguma coisa, mas não deu tempo.

Mas eu gostaria, se possível...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Que projeto, sr. deputado?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - O projeto que trata de liberar, de maneira gratuita, o protetor solar às pessoas que têm câncer de pele.

Eu não faço parte das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Orçamento nem de Saúde, então para poder apoiar o projeto - e quero corrigi-lo, se for o caso -, gostaria de saber se a doação é generalizada, para pobre e para rico, ou se existe alguma discriminação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado Nilson Gonçalves, trata-se do Projeto de Lei n. 0080/2008, que foi votado em primeiro turno. V.Exa. vai ter a oportunidade de discuti-lo ainda no segundo turno.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Presidente, discuti-lo quando formos votar a redação final fica meio complicado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - O projeto virá a votação em segundo turno, mas o deputado Antônio Aguiar pode dar as explicações agora, não há nenhum problema.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Deputado Nilson Gonçalves, como autor do projeto gostaria de informar que hoje, dentro da saúde pública, nós temos a medicina curativa e a medicina preventiva. Esse projeto está dentro da medicina preventiva, e acreditamos que a secretaria da Saúde ao regulamentar o projeto vai fixar parâmetros de como atender prioritariamente os pescadores, os garis, os agricultores de baixa renda, aqueles que mais necessitam dessa proteção. É um projeto de lei que vai ser regulamentado pela secretaria da Saúde.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu quero parabenizá-lo pela ideia. Acho fundamental, muito importante, mas gostaria de saber se no corpo do projeto está previsto o atendimento a uma classe social que precisa ou se é generalizado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Fizemos a lei para todos os catarinenses, mas na regulamentação, a secretaria da Saúde vai fazer essa distinção. Acho que v.exa. está coberto de razão em fazer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - O debate está animado! Não há motivo para que não continuemos assistindo. V.Exas. podem terminar seus esclarecimentos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Acho que a razão deste projeto é importante e que a regulamentação da secretaria da Saúde será feita na direção das pessoas carentes, porque senão, com a gripe H1N1, não haverá dinheiro que chegue.

Então, gostaria que v.exa., que faz parte do PSDB, que é o partido do secretário Dado Chorem, também opinasse na questão da regulamentação, para que haja especificação para pessoas carentes.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a compreensão do deputado Antônio Aguiar, gostaria de pedir ao deputado Nilson Gonçalves que fizesse a sua conclusão.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, tendo em vista que o corpo do projeto não prevê isso e que vamos depender de uma regulamentação, sou contra porque não dá para distribuir protetor solar para uma pessoa que encosta uma carreta na farmácia e leva de graça protetor solar. Isso não faz a minha cabeça.

Então, vou abster-me, sr. presidente, para não criar nenhum clima. Acho a ideia muito boa, mas vou-me abster para amanhã não haver um problema parecido, como esse das lotéricas, que passou...

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu tenho um grande esclarecimento para fazer a v.exa. O protetor solar é para quem tem câncer de pele, quem não tem câncer de pele não ganha protetor solar.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado Nilson Gonçalves, v.exa. há de convir que nós...

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves (Intervindo) - Quero apenas fazer uma colocação!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Mais 15 segundos para o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, é justamente para essa troca de idéias e discussões que estamos aqui.

Gostaria de dizer que quem possui câncer de pele não é só pobre, o rico também tem. E daí, ele vai pegar o protetor solar de graça? Vou-me abster.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Muito bem, vamos organizar a sessão. Nós estamos discutindo o PL n. 0085/2009; o PL n. 0080/2008 já foi votado e é matéria vencida.

Concedi a palavra ao deputado Nilson Gonçalves e vai ficar registrado o seu posicionamento em abster-se, mas é matéria vencida.

Nós estamos discutindo em primeiro turno o PL 0085/2009, de autoria do deputado Jailson Lima, Continua em discussão o PL n. 0085/2009.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação o projeto com a emenda substitutiva global aprovada nas comissões.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0092/2009, de autoria do deputado Gelson Merísio, que obriga as farmácias e drogarias situadas no estado de Santa Catarina a manter à disposição do público, para consulta, lista de medicamentos genéricos em braile.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira o discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0101/2008, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui o Projeto Erva-Mate, destinado a estimular o plantio, a preservação e o manejo de erva-mate.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura e Política Rural e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0121/2009, de autoria do deputado Darci de Matos, que autoriza o governo do estado a criar o selo de responsabilidade ambiental para os municípios ecologicamente corretos, no âmbito do estado de Santa Catarina e fixa outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, se não estou equivocado, já existe um projeto de lei nesse sentido, no âmbito do governo do estado e desta Casa, que homenageia, certifica as empresas.

É essa a observação que quero fazer a respeito deste projeto de lei, que passou equivocadamente pelas comissões de Finanças e Tributação, Turismo e Meio Ambiente. É uma observação para somar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está feito o registro, deputado José Natal, mas com certeza as comissões em algum momento devem ter observado essa questão.

Continua em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0230/2009, de autoria da deputada Angela Albino, que institui o Dia Estadual da Mulher Negra.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0238/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que torna obrigatório o encaminhamento, por escrito, de contratos firmados por meio de *call center* e formas similares aos contratantes e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Peço a palavra, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, apenas gostaria de parabenizar o deputado Jean Kuhlmann por esse projeto de lei e dizer que tramita nesta Casa o projeto de lei do *telemarketing*, que proíbe aquelas ligações intermináveis nos finais de semana para pessoas que terceira idade e até para crianças, oferecendo produtos e serviços que elas não têm interesse em adquirir.

Então, está de parabéns o deputado Jean Kuhlmann, mas esta Casa também deveria pronunciar-se sobre o nosso projeto de lei, para que cada catarinense possa colocar seu nome num banco de

dados e ficar absolutamente protegido desse tipo de ligação. E com o adendo de que onde já existir uma relação comercial entre o catarinense e a empresa ela estaria preservada.

Então, gostaria de parabenizar o deputado Jean Kuhlmann e dizer da importância de discutir o nosso projeto de *telemarketing*.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0014/2009, de autoria do deputado Jorginho Mello, que dá nova redação aos arts. 311, 312, 313, 314, 315, 316 e 317 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Para esclarecimento, o presente PR apenas adequa o Regimento Interno à alteração da Constituição referente à tramitação das medidas provisórias. É apenas uma adequação do Regimento Interno à nova redação da Constituição dada por esta Casa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0573/2009 e 0574/2009, de autoria do deputado Dionei Walter da Silva; 0575/2009, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0576/2009 e 0577/2009, de autoria do deputado Dionei Walter da Silva; 0578/2009, de autoria do deputado Pedro Uczai; 0579/2009, de autoria do deputado Renato Hinnig; 0580/2009, 0581/2009 e 0582/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0583/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0584/2009, de autoria do deputado Pedro Uczai e outro; 0585/2009 e 0586/2009, de autoria do deputado Jailson Lima; e 0587/2009 e 0588/2009, de autoria do deputado Gelson Merísio, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves. Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, eu gostaria de compartilhar com o deputado Dionei Walter da Silva da sua preocupação, até porque tenho convivido muito com a comunidade de Jaraguá do Sul e seus

problemas. É uma grande realidade isso o que o deputado está falando e por isso gostaria de assinar a sua Indicação n. 0573/2009.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Temos certeza de que o deputado Dionei Walter da Silva dará a sua aquiescência e ela será subscrita também por v.exa.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Da mesma forma, sr. presidente, gostaríamos de subscrever a Indicação n. 0573/2009.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Da mesma forma, o deputado Giancarlo Tomelin passa a assinar a referida indicação, assim como o deputado Jean Kuhlmann, que me liguou há pouco pedindo a mesma coisa.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s.: 1.186/2009 e 1.187/2009, de autoria do deputado Renato Hinnig; 1.188/2009, de autoria do deputado Dionei Walter da Silva; 1.189/2009, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus; 1.190/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann...

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, gostaria de subscrever, juntamente com o deputado Jean Kuhlmann, o Requerimento n. 1.190/2009.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Pois não!

Esta Presidência informa ainda que defere os Requerimentos n.s.: 1.191/2009 e 1.192/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 1.193/2009, de autoria do deputado Pedro Uczai; 1.194/2009, 1.195/2009, 1.196/2009 e 1.197/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.198/2009 e 1.199/2009, de autoria do deputado Serafim Venzon...

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, o Requerimento n. 1.199/2009 tem a mesma essência daquele que pedi para subscrever. Por isso, quero juntar-me ao deputado Serafim Venzon e ao Jean Kuhlmann, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Pois não, deputado Giancarlo Tomelin.

A Presidência defere também os Requerimentos n.s.: 1.200/2009, 1.201/2009 e 1.202/2009, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 1.205/2009, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior; 1.206/2009, de autoria do deputado Edison Andriano...

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, com a aquiescência do deputado Cesar Souza Júnior, autor do Requerimento n. 1.205/2009, gostaria de subscrevê-lo, homenageando a torcida avaiiana, o Avaí Futebol Clube, todos os profissionais, o presidente, pela passagem dos seus 86 anos na data de ontem.

Infelizmente, não pudemos estar presente no jantar, mas quero assinar o requerimento, com a aquiescência do deputado Cesar Souza Júnior, homenageando toda a torcida azurra do estado de Santa Catarina, cujo time vai muito bem, obrigado, na série A do Campeonato Brasileiro.

Muito obrigado!

O S. Deputado Professor Grando - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Eu gostaria de subscrever o Requerimento n. 1.206/2009.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Eu gostaria, com a permissão do deputado Cesar Souza Júnior, de subscrever o Requerimento n. 1205/2009, para comemorar essa façanha do nosso time, que não é o Carminatti, mas é só alegria. O Avaí é só alegria.

Com certeza absoluta Santa Catarina vive momento único na série A do futebol brasileiro proporcionado pelo nosso Avaí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - O Requerimento de autoria do deputado Edison Andriano será anexado ao do deputado Cesar Souza Júnior, com a subscrição dos dois deputados.

Deferimos ainda os Requerimentos n.s: 1.207/2009, de autoria do deputado Jailson Lima; 1.208/2009, de autoria do deputado Marcos Vieira; 1.209/2009, de autoria do deputado Décio Góes; 1.210/2009, de autoria do deputado Gelson Merísio; 1.211/2009, 1.212/2009, 1.213/2009, 1.214/2009 e 1.215/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 1.216/2009, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 1.217/2009, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus; 1.218/2009, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 1.219/2009, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, como

Porto União, nossa terra amiga, está de aniversário, não poderíamos deixar passar em branco essa data. Portanto, desejamos cumprimentar todos os munícipes.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - A deputada Professora Odete de Jesus também parabeniza Blumenau, porque hoje é o aniversário daquela cidade. E com a aquiescência da deputada, poderíamos juntar num ofício só e mandar para as Câmaras de Vereadores e para os prefeitos.

Mais tarde vou usar a tribuna para falar dos 159 anos de Blumenau.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo a concordância da deputada Professora Odete de Jesus, assim será feito.

Requerimento n. 1.151/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro de Transportes e à ministra-chefe da Casa Civil, pedindo a implantação do trevo de acesso ao município de Mirim Doce, localizado na BR-470.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.152/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Anatel e às diretorias regionais das empresas operadoras de telefonia celular, solicitando a implantação de rede de cobertura da telefonia celular no município de Arvoredo, bem como a instalação de novas antenas reforçando a cobertura nos municípios da região.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.153/2009, de autoria do deputado Dionei Walter da Silva, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro da Pesca e da Aquicultura e ao superintendente estadual do ministério da Pesca e da Aquicultura, solicitando a criação e a instalação de um posto avançado daquele ministério em Balneário Barra do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.154/2009, de autoria do deputado Reno Caramori,

que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do DNIT no estado de Santa Catarina, no sentido de que sejam prestados esclarecimentos sobre a duplicação da BR-280 no trecho entre Jaraguá do Sul e o porto de São Francisco do Sul, em relação aos motivos do retardamento das obras, às mudanças previstas no traçado da rodovia e à conclusão dos estudos sobre o impacto ambiental.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu poderia pegar até uma cópia do meu pedido de informação e passar para o meu querido amigo Reno Caramori, só que ele faz mais alguns pedidos. Mas a resposta já sabemos mais ou menos qual será.

Eu apresentei um pedido de informação e a resposta que obtive é que até o final deste governo começará a licitação. Assim, tenho a impressão de que a resposta vai ser mais ou menos a mesma. Mas assino com ele, porque quanto mais respostas vierem, melhor.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, quero registrar a presença nesta Casa do vereador Antônio Carlos Zumar, de Monte Carlo, que se encontra aqui tratando de assuntos de interesse daquela cidade.

Toda vez que lá chegamos somos recebidos por todos os amigos, de braços abertos, principalmente pela família PSDB daquela cidade.

Sr. vereador, com certeza os pleitos que v.exa. reivindica para o seu município terão da parte deste deputado e dos demais a atenção merecida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, na verdade, uma das atividades deste Parlamento é fazer projetos, fiscalizar o governo, fazer moções, encaminhar as intenções da sociedade de várias maneiras. Essa é

uma fase tão importante quanto a da votação. Por isso, solicito que seja feita a verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Solicito que seja feita a verificação de quórum.

(Procede-se à verificação de quórum pelo processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL presente

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CARLOS CHIODINI

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR presente

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO

DEPUTADO DARCI DE MATOS

DEPUTADO DÉCIO GÓES

DEPUTADO DIRCEU DRESCH presente

DEPUTADO EDISON ANDRINO

DEPUTADO ELIZEU MATTOS

DEPUTADO GELSON MERÍSIO presente

DEPUTADO GENÉSIO GOULART

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN presente

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

DEPUTADO JOARES PONTICELLI presente

DEPUTADO JORGINHO MELLO

DEPUTADO JOSÉ NATAL presente

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA presente

DEPUTADO MANOEL MOTA presente

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NILSON GONÇALVES presente

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA

DEPUTADO PEDRO UCZAI

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS presente

DEPUTADO RENATO HINNIG

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA

DEPUTADO ROMILDO TITON

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES presente

DEPUTADO SERAFIM VENZON

DEPUTADO SILVIO DREVECK presente

DEPUTADO VALMIR COMIN presente

O Sr. Deputado Silvio Dreveck -

Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado

Gelson Merísio) - Com a palavra, pela

ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO

DREVECK - Sr. presidente, não é possível

que não possamos votar requerimento

nesta Casa. Respeito v.exa. que está

conduzindo a sessão dentro do

Regimento Interno. O que não estou

entendendo é a manifestação dos

deputados em não concordar em dar

seqüência à votação dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado

Gelson Merísio) - Concordo com a sua

manifestação. No entanto, regimentalmente

não há quórum para deliberação.

Portanto, estão retiradas de pauta todas

as matérias que requeiram quórum

qualificado para votação.

Passaremos à Explicação

Pessoal.

O Sr. Deputado Giancarlo

Tomelin- Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado

Gelson Merísio) - Com a palavra, pela

ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO

TOMELIN - Sr. presidente, de forma muito

carinhosa, quero registrar no Parlamento

catarinense o falecimento, na segunda-feira, do sr. Ernesto Narcizo Deschamps, que foi um baluarte do CDL de Blumenau e que ajudou a fundar os CDLs de Jaraguá do Sul, de Joinville e de Brusque. Ele contribuiu muito para o aprimoramento do comércio da nossa região e deixo um abraço carinhoso à sua família.

Da mesma forma, deixo um abraço carinhoso à família Bernardt, que a sra. Crista Bernardt, uma doceira de mão cheia em Blumenau. A família Bernardt, inclusive, é minha contraparente - irmãos de um tio meu.

Era isso, sr. presidente.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli

- Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado

Gelson Merísio) - Com a palavra, pela

ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES

PONTICELLI - Sr. presidente, quero

protestar e dizer que eu acabara de

comentar para a repórter Ana Minosso

que o governo, infelizmente, utiliza

estratégias quando tenta tirar desta Casa

até o papel de fiscalizar.

Todas as matérias foram apro-

vadas até agora, mas na hora de votar

três pedidos de informação foi feita uma

verificação de quórum para derrubar o

quórum, já que o governo certamente tem

maioria esmagadora.

E é bom que a secretaria de

Turismo comece a se preocupar com a

resposta desses pedidos de informação,

porque agora eu vou começar a detalhar,

deputado Silvio Dreveck. E depois, na

minha inscrição, vou detalhar a

bandalheira que foi essa liberação de

quase R\$ 1 milhão, durante a campanha

do ano passado, para uma entidade

suspeitíssima, dirigida por pessoas

ligadas à gente muito graúda do governo.

É quase R\$ 1 milhão, é coisa muito

grande!

O SR. PRESIDENTE (Deputado

Gelson Merísio) - Com a palavra o

primeiro orador inscrito em Explicação

Pessoal, deputado Silvio Dreveck, por até

dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO

DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente.

Sras. deputadas e srs.

deputados, primeiramente, eu gostaria,

em nome da bancada, de cumprimentar o

município de Blumenau pela passagem do

seu aniversário, um belíssimo município,

pujante, de tradições culturais firmes e

que representa muito não só para Santa

Catarina, mas também para todo o Brasil.

Então, os nossos cumprimentos

a todo o povo blumenauense.

Por outro lado, sr. presidente,

eu, na mesma direção do deputado

Joares Ponticelli, lamento a atitude

isolada do deputado Serafim Venzon, a

quem respeito muito, de quem admiro o

trabalho, mas não posso concordar que

mais uma vez não possamos votar

matérias de interesse da população

catarinense. Não é possível que a

população não possa ter, deste

Parlamento, manifestações, deliberações

de projetos, de proposições relevantes

para Santa Catarina.

Eu lamento muito e digo isso com muita tristeza, sras. deputadas e srs. deputados, e espero que essas atitudes de impedir as votações sejam revistas, avaliadas, reavaliadas, para que a Assembleia Legislativa continue tendo o reconhecimento de seus relevantes serviços prestados aos catarinenses.

Agora, quero falar um pouco sobre a retomada de obras importantes para a economia catarinense. Quando falo em economia catarinense, estou-me referindo à economia como um todo, à recuperação do emprego e da renda em nosso estado.

O porto de Itajaí levou meses para iniciar os trabalhos de recuperação. Iniciados os trabalhos, houve a execução parcial da obra e logo foi interrompida.

E v.exa., deputado José Natal, que é um deputado atuante e acompanha o estado de Santa Catarina, há de convir conosco que o porto de Itajaí é muito importante não só para Itajaí, mas para Santa Catarina e o Brasil. É importante para dar seqüência ao sistema logístico da nossa economia, das exportações, das importações e, volto a repetir, da geração de emprego.

É fico satisfeito que numa ação suprapartidária, com muito esforço, liderada pelo nosso grande prefeito Jandir Bellini, finalmente, depois de muitas divergências, partiu-se para a convergência, e a decisão é de dar seqüência a essa obra que, como disse e repito, não é importante só para Itajaí, mas para a economia catarinense e brasileira.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Silvio Dreveck, o pronunciamento feito por v.exa. em outras oportunidades, por alguns outros deputados e por mim também, era em favor e em defesa de Santa Catarina na questão do porto de Itajaí, tanto é que na semana passada, quando aconteceu o julgamento que garantiu a continuidade da validade do decreto de emergência, o que possibilitou o reinício das obras, eu dei a notícia aqui.

Nós queremos exatamente, independentemente de sigla partidária, como v.exa. está deixando bem claro neste momento, a solução imediata para a recuperação do porto de Itajaí, porque ele gera empregos e divisas para o nosso estado. A cidade de Itajaí está praticamente estagnada. A situação para quem mora ao redor do porto, para quem vive do serviço portuário, é crítica. Agora quero crer que a obra deslanche e seja concluída logo para a sua felicidade e de todos os catarinenses.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, deputado José Natal, pela sua contribuição.

Nessa mesma direção, acredito que temos parlamentares na Assembleia Legislativa e lá no Congresso Nacional que têm defendido ideias que estão sendo passadas para projetos. Refiro-me, deputados José Natal e Joares Ponticelli, ao sistema rodoviário brasileiro que está

comprometido, pois tanto as rodovias federais, quanto as estaduais, têm sobrecarga, excesso de veículos.

Nesse aspecto, acredito que precisamos acelerar o nosso empenho numa ação suprapartidária com deputados estaduais e federais, que aqui já se manifestaram, com lideranças empresariais e lideranças de entidades de classes laborais, para defendermos os projetos das ferrovias. Primeiro, a litorânea, que liga o sul do estado ao norte, fazendo também a interligação do sistema portuário - Imbituba, Itajaí, Navegantes, São Francisco do Sul e Itapoá. Depois, na mesma direção, estabelecer e realizar o projeto para a ferrovia do vale do Itajaí, ou seja, do litoral ao oeste catarinense, fazendo a interligação, deputado Nilson Gonçalves, com a Argentina e o Chile que, por sua vez, fazem a ligação com o sudoeste do Paraná e com o Mato Grosso do Sul.

Não é possível esperarmos mais tempo. Os países desenvolvidos investiram pesadamente no sistema ferroviário e no sistema hidroviário e hoje estão competindo com o mundo porque isso oportunizou gerar mais emprego e renda, já que o custo é menor, porque trouxe mais segurança ao sistema rodoviário, uma vez que as rodovias não ficam tão congestionadas.

Vai haver necessidade, sim, de continuar, de implementar e de avançar com o transporte rodoviário, mas sem precisar fazer mais rodovias. E não é possível acreditar que só o sistema rodoviário vai suportar o crescimento do Brasil e permitir que o nosso país possa competir no mundo dos negócios, se o governo federal e os governos estaduais não investirem de algum modo, por concessão ou por parcerias público-privadas, na construção de ferrovias e na construção de hidrovias, a exemplo do que está acontecendo no setor energético, em que está havendo investimentos dos setores público e privado, criando condições de o Brasil atrair investimentos para gerar emprego e renda e com isso tornar-se mais competitivo no mundo dos negócios. E não é diferente para Santa Catarina, sr. presidente e srs. deputados!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Inscrito o sr. deputado Giancarlo Tomelin, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, senhoras e senhores que nos assistem pela TVAL e que nos ouvem pela Rádio Alesc Digital, em especial é com você, blumenauense, que quero conversar para parabenizá-lo. É com você, que nasceu em Blumenau ou que a adotou, que vive em Blumenau, que quero conversar para parabenizá-lo pelo dia 2 de setembro, para parabenizá-lo pela história da sua cidade, sabedor que somos dos seus desafios. Mas hoje é um dia marcante na história de Blumenau, pois são 159 anos que a cidade completa!

Certamente temos muito do que nos orgulhar! E cito o nosso fundador, dr.

Blumenau, que conheceu o cônsul-geral do Brasil entre 1840 e 1851, lá na cidade de Londres, numa das suas viagens. E foi lá que teve a ideia de fundar uma colônia, e foi a nossa região que ele escolheu para fundar essa potência que hoje conhecemos.

Blumenau é a locomotiva do desenvolvimento catarinense. Blumenau, como o seu próprio hino diz, é a razão de viver. O progresso mora lá, Blumenau é razão de viver.

Por isso, parabéns, Blumenau, pelos seus 159 anos! É claro que as adversidades ambientais fizeram-nos, e fazem-nos, refletir sobre a nossa região. Não podemos esperar uma nova catástrofe, ou uma nova enchente que de tempos em tempo traz consequências terríveis para a nossa região, não só consequências financeiras, mas consequências psicológicas que atingem a autoestima e a vida em si no vale do Itajaí e Blumenau.

Eu sonho com uma solução de médio e longo prazos. Será que a minha e as novas gerações vão ter também que conviver, como as últimas conviveram, com o medo de uma enchente, com o medo de uma avalanche de terras? Será que a nossa cidade, que hoje está completando 159 anos de história, não pode, deputado Adherbal Deba Cabral, - e v.exa. é da região -, criar um canal extravasor? Os custos dessa catástrofe passam de R\$ 2 bilhões: R\$ 800 milhões são apenas para refazer o aparelhamento público de Blumenau, aquilo que foi danificado e R\$ 400 milhões são para refazer o porto de Itajaí. Só essas duas contas já somam R\$ 1,2 bilhão.

Deputado Silvío Dreveck, quanto custa, na cidade de Luis Alves, não as vidas, porque elas são impagáveis, para refazer a cidade? Custa R\$ 100 milhões? E Ilhota? Mais R\$ 100 milhões? E Itajaí, mais R\$ 200 milhões? O Belchior, em Gaspar, custa mais R\$ 50 milhões? Então, estamos falando de R\$ 1,5 bilhão.

Quanto custou para você, blumenauense? Quanto custou para nós, materialmente falando, aí sim, com as indústrias paradas? E o que você perdeu na sua casa, mais R\$ 500 milhões? Estamos falando de R\$ 2 bilhões. E quanto custa para fazer uma barragem efetiva para resolver o problema, R\$ 500 milhões? Quanto custa um canal extravasor, R\$ 1 bilhão? É pouco diante da certeza que vamos ter de que uma enchente não virá mais nos assolar. É pouco!

Por isso sonho com uma solução definitiva, uma solução que traga tranquilidade à família blumenauense, uma solução que traga o desenvolvimento econômico e possa colocar Blumenau novamente como a locomotiva do desenvolvimento catarinense e brasileiro.

Por isso, hoje é um dia de alegria, sim, depois do desfile pela manhã, com a presença do governador Luiz Henrique, do vice-governador Leonel Pavan, das diversas autoridades e das pessoas que fizeram aquele espetáculo maravilhoso. É claro que é um dia de alegria! É um dia de satisfação para as

famílias se encontrarem, pois é feriado no nosso município, mas fiz questão de vir ao Parlamento catarinense para registrar os parabéns e também a minha preocupação, que também deve ser desta Casa.

Já tomei a iniciativa de conversar com os nossos pré-candidatos à Presidência da República, José Serra e Aécio Neves, para que tragam uma solução definitiva para as questões das catástrofes de Blumenau e do vale do Itajaí.

Mas, parabéns Blumenau! Parabéns àqueles trabalhadores que fizeram, e fazem, da indústria têxtil da nossa cidade um exemplo para o mundo! Parabéns à indústria do cristal, símbolo também da nossa cidade! Parabéns a todos os blumenauenses, aos médicos, advogados, engenheiros, educadores, profissionais da saúde! É dia de alegria, é dia de comemorar, mas é dia de refletir também!

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Giancarlo Tomelin, quero somar-me à sua alegria, como blumenauense, pela cidade estar comemorando 159 anos de emancipação política. O seu município, como v.exa. colocou agora, tem grande importância no contexto de Santa Catarina e foi, sim, sem sombra de dúvida, a cidade que propagou o nosso estado para o mundo, com a Oktoberfest e com tantos homens inteligentes.

Mas temos que falar, hoje, das alegrias de Blumenau e esquecer realmente certas tragédias. Está certo que são marcas que ficam, mas v.exa. tem que colocar dessa tribuna tudo aquilo que Blumenau representa para Santa Catarina e o Brasil. Tem que mostrar que lá vivem pessoas que não baixam a cabeça de jeito nenhum e que logo depois que são abaladas já estão com um sorriso aberto para receber todos, já estão nas ruas limpando tudo. É isto que queremos: vivenciar Blumenau sempre feliz!

Parabéns porque são guerreiros! Mostraram, e mostram, para o mundo que, quando se tem vontade, vence-se, e eles irão vencer. E no futuro talvez encontrem uma solução para tudo isso que v.exa. acaba de colocar aqui.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Muito obrigado, deputado José Natal!

E v.exa., que já estive na Oktoberfest e desfilou na Planetapeia, que sabe que Blumenau tem o glorioso Olímpico, que fez 90 anos, o Palmeirinha e o Metropolitano, sabe que temos tantas coisas a comemorar. V.Exa. sabe que Blumenau é uma cidade pujante, que mostra a sua marca de qualidade. Quando se lê a palavra Blumenau, sabe-se que é sinônimo de qualidade.

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Ouço em aparte o deputado

Adherbal Deba Cabral, que é também da nossa região.

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - Deputado Giancarlo Tomelin, gostaria de prestar também uma justa homenagem ao povo de Blumenau pela passagem do aniversário de emancipação político-administrativa, uma vez que a minha cidade, Navegantes, é a que mais recebe blumenauenses e pessoas da nossa região, o vale do Itajaí.

Então, parabéns, Blumenau, e parabéns a v.exa., que tem trabalhado e lutado aqui na Assembleia pelo povo de Blumenau!

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Obrigado! Eu sonho com uma Blumenau como aquela em que eu brincava no ribeirão Garcia, brincava lá na rua Tocantins, no querido beco Tocantins. Eu sonho com uma Blumenau cada vez mais revigorada. Lá nasci, lá moro e tenho certeza de que você, blumenauense, que nasceu em Blumenau, ou você, cidadão, que a escolheu para viver ou que a irá escolher, independentemente da sua descendência, alemã, italiana, polaca ou portuguesa, e está em Blumenau fazendo a sua vida, sabe que o nosso município tem muito a fazer e a desenvolver-se.

E o meu discurso, hoje, é de parabéns, mas também de esperança de uma classe política mais forte que possa ajudar aquela região; é de esperança no futuro; é de esperança na reconstrução; é de esperança de mais desenvolvimento econômico; é de esperança de mais geração de emprego e renda; é de esperança que Blumenau possa propiciar o primeiro emprego, qualidade de vida, desenvolvimento econômico; é de esperança e de amor à nossa querida, linda e bela Blumenau.

Parabéns, Blumenau! Desejo que a nossa cidade possa ter mais 159 anos de alegria e de desenvolvimento econômico e social.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito em Explicação Pessoal, o eminente deputado progressista Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, quero cumprimentar o vereador Marcos Chagas Perrone e a vereadora Maria de Fátima Espinosa da Silva, de Bombinhas, que comparecem a esta Casa sempre na defesa dos interesses de Bombinhas e de sua gente.

Mas, sr. presidente e srs. deputados, apresentamos um pedido de informação sobre o qual esta Casa já não deliberou ontem, e hoje, infelizmente, deputado Pedro Uczai, por uma manobra governista, de novo não pôde deliberar. O pedido de informação se refere a uma denúncia extremamente grave que recebemos do município de Laguna, e precisamos, deputado Sargento Amauri Soares, fazer com que o governo remeta as informações a esta Casa para esclarecer uma operação financeira realizada no ano passado pela secretaria

de Cultura, Esporte e Turismo, com a participação da Fesporte. E já denunciei aqui o quanto a Fesporte está usando a máquina em favor da candidatura de seu presidente, Cacá Pavanello.

E peço atenção, deputado José Natal, para a seguinte informação.

Uma entidade chamada Sociedade Cultural Desportiva Progresso foi constituída no município de Laguna, no dia 25 de maio de 2002. A presidente, o primeiro-secretário, o diretor cultural e o tesoureiro, além do diretor de esportes, ou seja, cinco dos oito diretores, todos têm o mesmo sobrenome.

Essa entidade foi constituída em Laguna no dia 25 de maio de 2002, tendo como endereço a rua da Caixa d'Água, s/n, no bairro Portinho, município de Laguna.

A Câmara de Vereadores entrou com um projeto de lei para declarar essa entidade de utilidade pública. O projeto foi aprovado em 20 de setembro de 2007, e ela foi declarada como sendo uma entidade de utilidade pública, com sede no município de Laguna.

No ano passado, em 2008, a Sociedade Cultural Desportiva Progresso, com o CNPJ n. 05121742/000199, teve uma alteração no endereço. Passou a sua sede para a rua dos Laranjais, n. 300, Morro das Pedras, Florianópolis, Santa Catarina. Ela ficou com o mesmo CNPJ, a mesma entidade e a mesma finalidade, só trocou o endereço, ou seja, do bairro Portinho, em Laguna, para o Morro das Pedras, aqui em Florianópolis.

Nesta semana, deputado José Natal, a nossa assessoria esteve na rua dos Laranjais, n. 300, no Morro das Pedras, e naquela casa que seria a sede da entidade encontrou um gaúcho, que não sabe de entidade nenhuma. Aquele cidadão mora lá.

Essa entidade, deputado Nilson Gonçalves, recebeu do governo do estado, no ano passado, R\$ 399.660,00 para a realização do Projeto Canto Nativo; mais R\$ 120 mil para a realização do Campeonato Catarinense de Dominó e R\$ 260 mil para a realização do Circuito Catarinense de Orquestras.

Os pagamentos foram feitos à entidade da seguinte forma: R\$ 239.880,00, em 30 de junho de 2008; R\$ 159.780,00, em 10 de setembro de 2008; R\$ 120 mil, em 30 de julho de 2008; R\$ 130 mil, em 20 de agosto de 2008 e mais R\$ 130 mil, em 10 de dezembro de 2008. Ainda no ano passado essa mesma entidade recebeu R\$ 35 mil, no dia 4 de julho, para a realização do Campeonato Anual de Futebol Sul Catarinense. E recebeu, no dia 26 de novembro do ano passado, R\$ 60 mil para a aquisição de materiais desportivos.

A soma desses recursos ultrapassa a casa de R\$ 900 mil. Furneci aqui as datas de pagamento, mas na entidade, lá em Laguna, ninguém sabe de nada, ninguém viu nenhum centavo, tanto que agora essa mesma entidade, com a nova diretoria, procurou o prefeito Célio Antônio e fez um pedido de R\$ 4.500,00 para comprar uniformes para os atletas desenvolverem as atividades esportivas que ela realiza.

Isso é gravíssimo, pois desapareceu quase R\$ 1 milhão! Ninguém sabe para onde foi, ninguém tem notícia e ninguém sabe nada sobre esses eventos como o Projeto Canto Nativo, Circuito Catarinense de Orquestras, Campeonato Anual de Futebol Sul Catarinense, Campeonato de Dominó e mais aquisição de material esportivo para uma entidade lá de Laguna! Ninguém viu, não há nenhuma notícia de que esses eventos tenham sido realizados! Quase R\$ 1 milhão!

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Joares Ponticelli, o que v.exa. está colocando é extremamente grave, tenho certeza absoluta de que já ouvi alguma coisa sobre isso. O presidente Cacá Pavanello não atende deputados, não atende ninguém e quando se faz um pedido àquela fundação, ele alega que não há recursos financeiros. Parece-me que isso não é verdade, porque v.exa. está mostrando uma realidade completamente diferente.

E vou falar a v.exa. o que aconteceu no meu município, São José, em 2008. Patrocinado por uma entidade da qual o sr. Cacá Pavanello era um dos coordenadores, houve um campeonato de dominó, talvez anual, e quando encerraram as inscrições ele já ganhou uns tabefes, na língua do povo, porque não entregou o prêmio, que era um carro, do campeonato de dominó do ano retrasado. E ele estava na linha de frente de tudo isso, como está até hoje, como organizador.

Então, o que posso dizer a v.exa. sobre o assunto é o que presenciei em São José, no segundo campeonato de dominó, no Centro Multiuso, quando ele foi agredido porque ficou devendo um carro no campeonato do ano anterior e colocou a culpa em outras pessoas.

Nós devemos apurar isso, sim, tenho certeza de que Luiz Henrique e Leonel Pavan, que administram este estado, não devem ter conhecimento desse fato colocado por v.exa., que é gravíssimo.

Como deputado desta Casa e vice-líder do governo solidarizo-me com essa revolta porque eu e mais alguns deputados desta Casa temos algumas restrições ao jeito como o sr. Cacá Pavanello faz política, oferecendo recursos em troca de votos. Ele é cara-de-pau! Ele diz o seguinte: "Eu trago recursos, mas quero votos". Pretendo candidatar.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado José Natal, que é vice-líder do governo nesta Casa e reforça, portanto, as denúncias que aqui estamos trazendo.

Peço o apoio de v.exas. para aprovamos amanhã esse pedido de informações e buscarmos...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - O próximo orador inscrito

em Explicação Pessoal é o sr. deputado Pedro Uczai, a quem concedemos ao palavra por até dez minutos.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Apenas para corroborar com o que acabei de ouvir aqui, sr. presidente, deputado José Natal, que é da base do governo, e ficou surpreso. Eu também não poderia deixar de ficar surpreso com uma notícia desse tamanho, que merece toda atenção desta Casa e também das autoridades que têm que verificar o que realmente aconteceu, de que forma aconteceu, e por que aconteceu.

A mesma surpresa também tive hoje num fórum, numa reunião em Brasília, quando fiquei sabendo que a Associação Nacional dos Rondonistas de Santa Catarina, no ano passado recebeu R\$ 70 milhões. É outra que também carece dar uma olhada para ver o que está acontecendo, porque dinheiro do povo é coisa...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, deputado Valmir Comin, colegas parlamentares, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, público que acompanha esta sessão, quero falar sobre dois temas que movem o meu mandato, que alimentam a minha luta e que me permitem, ao longo da história, acreditar que é possível fazer do Parlamento um espaço de conquistas, de vitórias e de direitos.

Em primeiro lugar, na área da educação, comemoro a indicação aprovada nesta tarde para retirar os projetos de origem governamental ora em tramitação que propõem a municipalização da educação infantil e fundamental.

Nesses 60 dias em que fiquei ausente desta Casa acompanhei conferências municipais, regionais, ouvi prefeitos, vereadores, vice-prefeitos e, principalmente, secretários municipais de Educação e educadores sobre a posição crítica em relação à municipalização da educação, notadamente do ensino fundamental.

No momento em que nós comemoramos o fracasso da experiência neoliberal no mundo, no momento em que estamos discutindo nas conferências a nacionalização da educação, o governo do estado, de forma irresponsável, lava as mãos e quer municipalizar o ensino fundamental. O governo precisa inverter a situação, valorizar os profissionais da educação, a educação pública de qualidade, a formação continuada dos nossos docentes e acreditar que é possível transformar um estado com investimento e prioridade na educação.

Por isso, nós indicamos aqui a retirada e foi aprovada, na tarde de hoje,

a retirada dos Projetos de Lei Complementar n.s 0013 e 0014 desta Casa. Até porque deputados da base do governo, deputado José Natal, estão constrangidos nos seus municípios porque há prefeitos e secretários de Educação da base do governo que são contra a municipalização. Mas o secretário da Educação, Paulo Bauer, não compreendeu os novos tempos, não compreendeu que educação tem que ser prioridade dos estados e do governo federal.

É preciso colocar mais dinheiro na educação para melhorar a formação dos professores do nosso país, pensar um salário nacional para subsidiar os municípios e os estados, para que se tenha um salário mais decente, com redução de jornada de trabalho, sem redução de salário e tempo para estudar e ensinar.

Por isso, estamos aqui dizendo para o governo ter responsabilidade política, responsabilidade com o futuro de Santa Catarina, responsabilidade com a construção de uma política de educação e não com a municipalização, pois a maior parte dos municípios não conseguiu ainda atingir a universalização da educação infantil.

Então, faço essa manifestação de indignação ética e política, pois o governo do estado está na contramão da história. Ele tem que nacionalizar a educação, tem que pensar no professor do interior do estado como sendo professor do país, tem que pensar um salário para o Brasil, tem que pensar mais recursos do PIB, da produção e da nossa riqueza para a educação. Não é municipalizando que se vai construir o futuro da educação neste país. Os governos estaduais e federal precisam ter mais responsabilidade.

Por isso, eu, que sou da base de sustentação do governo federal, concordo com o ministro da Educação, Fernando Haddad, no sentido de que a sociedade brasileira precisa pressionar o governo, o Congresso Nacional, os governos estaduais a investir mais em educação, porque a melhor herança que um pai e uma mãe deixam para os filhos é a educação, uma boa educação.

Portanto, o poder público tem responsabilidade para com seus cidadãos de garantir uma educação de qualidade. É uma irresponsabilidade deste governo querer municipalizar, querer lavar as mãos, não se responsabilizar pela política pública central para o futuro de Santa Catarina, que é a educação pública.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Concedo um aparte a v.exa., porque depois vou falar de outro assunto, que é o salário mínimo, mas antes disso ouço o líder do governo que, com certeza, também ouviu as bases e deve estar sensibilizado, pois é um equívoco o governo manter esses projetos aqui, ele tem que os retirar desta Casa.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Sr. deputado quanto ao Projeto de Lei Complementar n. 0013, que trata do ensino infantil, é uma questão praticamente

resolvida, falta, na verdade, apenas regularizar, pois praticamente todo ele já foi municipalizado.

Quanto ao Projeto de Lei Complementar n. 0014, nós já conversamos com o governador e com o secretário de estado da Educação para discuti-lo melhor, tanto que esse projeto está parado na Casa. Retiramos o regime de urgência, retiramo-lo da pauta, como líder do governo, para melhor discuti-lo com os municípios e deixar a questão bem clara. Há um entendimento a esse respeito dentro do governo, com o próprio secretário da Educação e o governador Luiz Henrique.

A Emenda Constitucional n. 14, deputado Pedro Uczai, diz o seguinte, no seu art. 211, § 2º: "Os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil". Isso consta da emenda constitucional a respeito da municipalização do ensino fundamental. Se lermos a Emenda Constitucional n. 14 mais adiante, veremos que ela não prevê qualquer possibilidade do ensino infantil ser bancado pelas esferas estadual e federal.

Portanto, com relação ao Projeto de Lei Complementar n. 0014/2009 não há impedimento em discuti-lo melhor, já com relação ao PLC n. 0013/2009 não há mais o que fazer, trata-se apenas de regularizar uma situação que já está consolidada.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Em primeiro lugar, esse artigo da Constituição não propõe a municipalização, apenas diz que, prioritariamente, os municípios oferecerão a educação infantil e o ensino fundamental. Portanto, não propõe a municipalização.

Em segundo lugar, quero falar sobre o salário mínimo estadual. Este parlamentar quando chegou a esta Casa propôs um projeto de lei visando implantar em Santa Catarina o salário mínimo estadual, porque entendia que, a exemplo do Rio Grande do Sul, do Paraná, de São Paulo e do Rio de Janeiro, os trabalhadores catarinenses mereciam um salário mínimo condizente com as possibilidades do estado.

Em entendimento com as centrais sindicais, retirei o projeto para pressionarmos o governo do estado, para que ele mesmo, através da própria perspectiva da Constituição e da Lei Complementar n. 104, dirigisse a esta Casa um projeto de lei tratando do salário mínimo estadual. Fizemos pressão, mobilização, mais pressão e mobilização, mas o governo não encaminhou.

Um terceiro passo dado foi encaminhar junto às centrais sindicais, em debate democrático e aberto, uma mobilização e a constituição de um grande projeto de iniciativa popular, no qual o eleitor catarinense pudesse assinar e colocar o número do seu título de eleitor para depois dizer o seguinte: "Eu sou autor da lei que cria, em Santa Catarina, o salário mínimo estadual".

Pois bem, 50 mil catarinenses assinaram o projeto de lei de iniciativa popular para fazer de Santa Catarina o

novo estado a implantar o salário mínimo estadual. E quando o projeto estava chegando à Casa, o governo do estado encaminhou o seu projeto. Pelo menos teve sensibilidade.

Quero fazer este registro por uma questão de justiça. O governo foi sensível ao clamor dessas 50 mil pessoas que queriam implantar o salário mínimo no estado e enviou o projeto a esta Casa.

Srs. deputados, estamos agora no momento da votação do projeto. Queremos aprová-lo para nenhum trabalhador receber menos de R\$ 587,00; na segunda categoria R\$ 616,00; na terceira categoria R\$ 647,00 e R\$ 679,00 na quarta categoria. Portanto, de R\$ 587,00 a R\$ 679,00, e não dá para abrir mão disso. Nenhum deputado pode propor a alteração desses valores porque ainda é pouco. Ele vai começar a funcionar este ano e ano que vem será atualizado. Isso significa que haverá certa defasagem se considerarmos que o salário mínimo nacional será alterado de R\$ 465,00 para R\$ 506,00 a partir de janeiro.

Por isso, na comissão de Economia hoje vamos aprovar o salário mínimo estadual, permitindo que 400 mil trabalhadores recebam com mais dignidade para movimentar o comércio e desenvolver o estado com mais distribuição de renda, com mais justiça e com mais cidadania.

Estou muito feliz, porque esta Casa vai votar a favor de 400 mil trabalhadores, a favor da distribuição de renda.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, do PP.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados.

(Passa a ler.)

"Empregados da Celesc elegem novo diretor Comercial.

Em eleição direta, realizada nos dias 27 e 28 de agosto, envolvendo todos os empregados da empresa, foi escolhido o novo diretor Comercial da Celesc Distribuição. Foram 3.152 empregados votantes, de um total de 3.797 com direito a voto, perfazendo um percentual de 83,01%, com 2.985 votos válidos, dos quais 76 foram em branco e 167 nulos.

A disputa nesta eleição ocorreu entre dois candidatos, o atual diretor Comercial Carlos Alberto Martins e o empregado de carreira Dilson Oliveira Luiz. Com um percentual de 50,05% dos votos, totalizando 1.494 votos contra 47,40%, num total de 1.415, Dilson Luiz foi eleito por vontade dos empregados votantes.

Dilson Oliveira Luiz, 47 anos, casado, é empregado da Celesc Distribuição desde 1984, quando iniciou carreira na função de técnico em manutenção de subestações e usinas, passando pela chefia da Divisão Administrativo-Financeira, chefia e assessoria da Agência Regional de Chapecó, onde atualmente é o presidente da Comissão de Danos Elétricos.

Luiz é formado em Administração de Empresas pela Unoesc, é bacharel em Direito, formado pela UnoChapecó e participou do programa de profissionalização gerencial da UFSC. É delegado para a região oeste do Sindicato dos Administradores de Santa Catarina, delegado do Conselho Regional dos Administradores de Santa Catarina e conselheiro da Fundeste.

Em seu programa de mandato como diretor Comercial da Celesc Distribuição, Dilson Oliveira Luiz vai priorizar a utilização da força funcional, atuando com experiência e determinação, considerando os conceitos da empresa em suas premissas. Luiz projeta uma administração à frente da diretoria Comercial integrada com a diretoria Colegiada, voltada para a manutenção da Celesc como empresa pública.

Para o engenheiro Gilberto dos Passos Aguiar, coordenador da campanha de Luiz, esta eleição caracterizou-se pelo desejo de mudança dos empregados, elegendo um candidato inteirado e identificado com os anseios de todos, ou seja, da manutenção de uma Celesc Distribuição como empresa pública em favor da comunidade catarinense.

Com o *slogan* 'Tempo de União para Mudança', o liberal venceu o poder."

Sr. presidente, feitas essas considerações, gostaria de comentar aqui sobre outro tema.

Tive a oportunidade, meu caro companheiro de bancada Silvio Dreveck, de participar de um evento na Fiesc, no início deste ano, onde contamos com a presença, além da senadora Ideli Salvatti e do senador Neuto De Conto, da diretora de Energia da Petrobras, Maria das Graças Foster.

A Petrobras planeja, e já tem como decisão, a implantação em Santa Catarina de um terminal de gás, num custo de, aproximadamente, US\$ 2 bilhões. É um investimento que vai contemplar a região norte ou a região sul. O fato é que a decisão está tomada e que Santa Catarina vai ser beneficiada com esse investimento, que contribuirá muito para o fortalecimento da economia catarinense e para a agregação de valor e geração de emprego e renda.

Eu tecia um comentário na seguinte vertente: como é certo que esse investimento virá para Santa Catarina, que seja feito no sul do estado, mais precisamente no município de Imbituba, no porto de Imbituba, que tem um dos melhores calados, profundidade essencial para propiciar o escoamento dos produtos importados e exportados.

Se esse investimento for para o norte do estado, uma região que cresce, deputado Silvio Dreveck, em torno de 10%, 12%, mais do que o crescimento do PIB chinês, enquanto o sul do estado cresce de 2% a 2,7%, talvez 2,8%, estará havendo uma disparidade muito grande entre as duas regiões do ponto de vista da qualidade de vida e da renda *per capita* da população.

Eu considero que o governo Lula trabalha na vertente da inclusão social, deputado Jailson Lima. E sendo essa a

vertente prioritária do seu programa de governo, em relação a esse investimento deveria ser redobrada a atenção das forças políticas, para que ele fosse feito no sul do estado, porque no norte será uma empresa a mais entre tantas outras que já existem. Já no sul, com certeza, isso vai fazer uma grande diferença, pois além de levar a qualidade de vida, fortalecerá a economia, principalmente neste momento em que estamos na execução da duplicação da BR-101.

Na agenda positiva estabelecida pela Mesa Diretora desta Casa, entre os itens contemplados estavam o Código Ambiental, que já é uma realidade e que abre a discussão, em nível nacional, dos parâmetros da legislação e da autonomia dos estados para legislar sobre meio ambiente; a rota do frango, a ferrovia no oeste de Santa Catarina; a BR-280; a translitorânea, que vai integrar os portos de Laguna, Imbituba, Itajaí, Navegantes, São Francisco do Sul e Itapoá; e a BR-101, que já está em fase de execução.

Pois bem, no dia de ontem acrescentamos dois itens que consideramos ser de grande importância, que é a questão que aqui acabei de mencionar, do terminal de gás que é um investimento fantástico para Santa Catarina, e também o chamado pré-sal, porque na ponta dessa reserva está inserida Santa Catarina.

Por isso, nessa discussão em nível nacional com relação à questão dos *royalties*, eu penso que precisamos estar inseridos no contexto desse debate, porque além da auto-suficiência, isso com certeza vai dar uma condição de excelência não só para Santa Catarina, mas também para todo o Brasil, na questão da produção do gás e do petróleo nacional.

Penso que são bandeiras que precisam ser caracterizadas como prioridades de visão e alcance macro, de alcance social, de grande cunho social, em que a ação suprapartidária deva prevalecer. Por isso, através dessa agenda positiva, encabeçada pela Presidência da Casa e tendo como signatários os membros da Mesa Diretora e todos os srs. deputados, tenho a certeza de que vamos estabelecer, num futuro bem próximo, uma economia estável e muito mais concreta do que a que temos hoje.

Somos um estado eminentemente exportador, apesar de termos somente 1,1% do território nacional. Nossas exportações representam 5,6% das exportações deste país e mais de 4,6% do Produto Interno Bruto brasileiro. Tudo isso requer uma atenção especial e redobrada por parte do governo federal.

Era isso, sr. presidente e srs. deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Professor Grandó, do PPS.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados, dentro de poucos minutos a comissão de Economia, presidida pelo nobre deputado Silvio Dreveck, irá reunir-se no

auditório grande, dentro do mesmo espírito da outra reunião que eu já relatei aqui, em que todos os segmentos, empresários e trabalhadores, através de suas confederações, tiveram oportunidade de se pronunciar, de se expressar. Esse é o papel da Assembleia Legislativa, das comissões, o papel mediador, de ouvir as partes para encontrar a solução sobre o salário mínimo regional.

O nosso partido e este deputado têm um posicionamento firme a favor do projeto enviado a esta Casa pelo sr. governador. Eu acho que, sem sombra de dúvida, o deputado Pedro Uczai tem razão quando diz que não devemos mexer nos valores, porque estaríamos fazendo emendas com vício de origem. Mas nós faremos qualquer emenda para melhorar o projeto, contanto que haja a anuência de todos os setores, tanto dos que representam a parte patronal, quanto dos que representam os trabalhadores.

Mas o que eu gostaria, hoje, de colocar algumas notícias que, no meu ponto de vista, são interessantes.

A primeira delas. Este deputado há, aproximadamente, um ano apresentou um projeto para trazer para o estado os restos mortais do nosso grande poeta simbolista, Cruz e Souza. Esses restos mortais vieram, houve o atendimento do governador, através da secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, que fez todos os esforços, e estão em uma urna no Palácio Cruz e Souza. Mas junto com esse projeto da vinda dos restos mortais de Cruz e Souza também estava prevista a construção de um mausoléu ou de um memorial como referência desse grande poeta, um dos maiores simbolistas do mundo. E agora temos uma notícia boa que eu gostaria de ler:

(Passa a ler.)

"Ata de Recebimento da Abertura da Documentação e recebimento das Propostas de Preços da Licitação TOMADA DE PREÇOS Nº 053/09

[...]

[...] o tipo Menor Preço, em regime de empreitada por preço unitário, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pela Lei nº 9.648 de 27 de 1998 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujo objeto é a Construção do Memorial Cruz e Souza ao lado do Palácio Cruz e Souza, município de Florianópolis, SC, nas condições previstas no Edital e em seus anexos."[sic]

Conforme as condições previstas no edital, várias empresas se manifestaram,

entregaram suas propostas, que foram lacradas. Os envelopes serão abertas, conforme registra a ata, no seu devido tempo.

Então, já temos o processo burocrático e temos certeza de que abrindo as propostas vamos ter uma empresa vencedora, que irá construir o que é um sonho, no Palácio Cruz e Souza, o Memorial Cruz e Souza, completando, aí sim, a nossa homenagem. Além dos restos mortais, vamos ter a construção desse memorial para que as futuras gerações, para que todos os turistas que vierem à nossa linda capital, para os nossos munícipes, para a região da Grande Florianópolis, para todos os catarinenses, conhecerem as obras desse grande homem, não só pelo seu exemplo de vida, pelo que passou, mas pelo que nos deixou como legado cultural.

Também, sr. presidente, gostaríamos de nos manifestar sobre um projeto do nosso atual vereador Tiago Silva, na Câmara Municipal de Florianópolis; Tiago é o nosso primeiro suplente e assumiu no lugar do vereador Badeco por dois meses, dentro do processo de rodizio e de valorização.

Como disse, Tiago Silva apresentou um projeto, o qual nós, como deputado, queremos reforçar, pois, inclusive, fomos convidados para um encontro com o Ministério Público. O projeto prevê, deputado Sargento Amauri Soares, creche noturna para os trabalhadores da Saúde, para as servidoras públicas, mães que trabalham à noite, como, por exemplo, quando são convocadas para trabalhar no combate a uma pandemia como a gripe H1N1.

Esse é um projeto criativo, inédito no país, uma creche para os servidores públicos da Saúde que trabalham à noite, destinada a atender os filhos desses servidores. Muitas mães vão trabalhar num hospital, num posto de saúde até altas horas, ou em outros setores do serviço público, e não têm onde deixar os seus filhos com segurança.

Assim, com tranquilidade, poderemos ter no país a primeira creche noturna. As trabalhadoras da Saúde ou outras, como as da Segurança Pública, deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. que tanto luta, poderão ter, nos seus plantões, onde deixar seus filhos. Isso mostra o caráter humano do estado e o papel do político em sugerir, através de indicações, uma reivindicação tão importante quanto essa do nosso vereador Tiago Silva. E nós, como

deputado nesta Casa, também estamos reforçando, porque é dessa maneira que o PPS trabalha.

Também quero dizer que Tiago Silva assume a sua condição de grande lutador na questão das diferenças, pois estará realizando neste domingo, dia 6, a quarta edição da Parada da Diversidade, cujo tema é "Eu aceito, eu respeito".

Então, vejam bem, é um conceito de homenagem à família no que se refere à orientação sexual. O lema "Eu aceito, eu respeito" destina-se a reforçar a luta, uma luta digna, uma luta que está sendo travada em todo o mundo, em rumo ao avanço da sociedade, aumentando a conscientização para que as pessoas não sofram nenhuma discriminação.

Nós combatemos, é próprio do nosso partido, qualquer tipo de discriminação, seja do ensino presencial com o ensino a distância, seja na questão da raça, da religião ou da orientação sexual. Então, não discriminamos, lutamos para que o ser humano tenha os seus direitos reconhecidos.

Estão previstas, aproximadamente, 50 mil pessoas, que virão a nossa capital para um evento que já está na sua quarta edição e que já foi realizado em Joinville, em Itajaí e em Criciúma. Esse contingente de pessoas deverá movimentar o setor turístico, os nossos prestadores de serviços, como hotéis e restaurantes, e a capital estará mostrando que é progressista.

Então, quero comunicar essa luta e que Tiago Silva também é um dos líderes que organizam a Parada da Diversidade, que será realizada no próximo domingo e que estará muito bem organizada como as anteriores.

Sr. presidente, era isso o que nós tínhamos a comunicar nestes dez minutos, em nome do nosso partido

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 273, de 09 de setembro de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR a servidora **ROSE MERI BENEDET**, matrícula nº 1544, da função de Assessoria Técnica Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de setembro de 2009 (Deputado Julio Garcia).

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 274, de 09 de setembro de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **LENITA WENDHAUSEN CAVALLAZZI**, matrícula nº 0606, do Quadro de Pessoal da Assembleia

Legislativa para exercer a função de Revisor Taquigráfico - Assessoria Técnica-Administrativa, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de setembro de 2009 (DL - Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário).

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 275, de 09 de setembro de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1633/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR ao servidor **JOSE DAS NEVES FILHO**, matrícula nº 2170, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do código PL/TEL-40, padrão vencimental correspondente ao código PL/TEL-51, a contar de 24/08/09.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 276, de 09 de setembro de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1635/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR à servidora **ROSANA PIO SILVEIRA**, matrícula nº 1872, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do código PL/TEL-45, padrão vencimental correspondente ao código PL/TEL-51, a contar de 24 de agosto de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 277, de 09 de setembro de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1705/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR à servidora **SANDRA MARIA RAIMUNDO MEDEIROS**, matrícula nº 2064, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do código PL/TEL-42, padrão vencimental correspondente ao código PL/TEL-51, a contar de 02 de setembro de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 278, de 09 de setembro de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1636/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR à servidora **VERA LUCIA CALAZANS BORGES**, matrícula nº 2013, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do código PL/TEL-41, padrão vencimental correspondente ao código PL/TEL-51, a contar de 24/08/09.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 279, de 09 de setembro de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1620/2009,

RESOLVE: *com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

ATRIBUIR ao servidor **MILTON FRANCISCO OSCAR FILHO**, matrícula nº 1153, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 janeiro de 2006, com efeitos a contar de 20/08/09.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

Sérgio Augusto Machado - Procurador-Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1700ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e nove, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-presidente, Sérgio Augusto Machado, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1700ª sessão ordinária. Presentes: Doutores: Anselmo Inácio Klein, Luiz Alberto Seccon, Fábio de Magalhães Furlan, José Buzzi, Nazarildo Tancredo Knabben, Fausto Brasil Gonçalves e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1633/09, de José das Neves Filho; Processo nº 1635/09, de Rosana Pio Silveira; Processo nº 1705/09, de Sandra Maria Raimundo Medeiros e Consulta Of. Cl nº 136/2009 de 25/03/2009, Interessado: Deputado Rogério Mendonça "è possível criação de cargo comissionado para Assessor Parlamentar (específico) em lotação na Presidência da Câmara pelo Presidente da Câmara de Vereadores?". 2) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1609/09, de José Alexandre Machado; Processo nº 1636/09, de Vera Lúcia Calazans Borges e Processo nº 1590/09, de Frederico Alexandre Crippa. 3) Relatoria do Dr. Fábio de Magalhães Furlan, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 1135/09, de Vilson Vieira. O relator deu conhecimento do parecer exarado ao MEMO nº 0308/2009 de 21/08/09 "Ofício nº 189/2009/TP de 14/08/09, Mandado de Injunção nº 2009.045775-6, Impetrantes: Antônio José Trombetta e outros e Impetrados: Governador do Estado de Santa Catarina e Assembleia Legislativa de Santa Catarina". 4) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1669/09, de João Maria Gomes da Silva; Processo nº 1670/09, de Saulo Gandolfi, e aprovado por maioria o parecer ao Ofício nº 168/SRH/GEXFLO/SC/09 de 14/08/09, Interessado: Silvana Maris dos Santos - Chefe da Seção de Recursos Humanos do INSS/GEXFLO/SC "Regularizar situação do ressarcimento pela cessão do servidor Marco Aurélio de Melo. O Relator deu conhecimento do parecer exarado ao MEMO nº 0316/2009 de 26/08/09 "Ofício nº 191/2009/TP de 18/08/09, Mandado de Injunção nº 2009.045776-3, Impetrantes: Carlos Moisés da Silva e outros e Impetrados: Governador do Estado de Santa Catarina e Assembleia Legislativa de Santa Catarina". 5) Relatoria do Dr. Nazarildo Tancredo Knabben, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1671/09, de Alécio dos Passos Santos; Processo nº 1620/09, de Milton Francisco Oscar Filho e Consulta Of. CL nº 0379/2009 de 27/08/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Edital de Pregão Presencial - contratação para reforma de mobiliários da ALESC". 6) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1672/09, de Cleo Fátima Manfrin e Processo nº 1621/09, de Luiz Alberto Metzger Jacobus. 7) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1667/09, de Ana Maria Garibotti e Processo nº 1668/09, de Fábio Sprotte Floriano. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia nove (9) de setembro. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 02 de setembro de 2009.

*** X X X ***

**ATAS DAS COMISSÕES
PERMANENTES**

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às dezoito horas do dia vinte e seis de agosto do ano de dois mil e nove, sob a presidência do senhor Deputado Silvio Dreveck, amparado no Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da terceira reunião ordinária da Comissão, que contou com a presença dos senhores deputados Elizeu Mattos, Serafim Venzon, Renato Hinnig, Professor Grandó, Dionei Walter da Silva e Manoel Mota, este substituindo no dia de hoje o ex-deputado Herneus de Nadal. O senhor presidente cumprimentou os presentes e colocou em votação a ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, por ordem de chegada, passou a palavra ao senhor deputado Serafim Venzon, que informou não ter matéria para relatar, da mesma forma o senhor deputado Manoel Mota. Na sequência o senhor deputado Professor Grandó relatou o **PL/0135.4/2007**, de autoria do **deputado Darci de Matos**, que **"acrescenta dispositivos na Lei nº 10.732, de 1998, que dispõe sobre licitações e contratos da administração estadual"**, proferindo parecer pela aprovação, com emendas modificativa e supressiva ao projeto. Colocado em discussão o parecer, foi aprovado por unanimidade. Na ordem, o senhor Deputado Renato Hinnig relatou o **PL/0238.0/2009**, de autoria do **deputado Jean Kuhlmann**, que **"torna obrigatório o encaminhamento, por escrito, de contratos firmados por meio de "call center" e formas similares, aos contratantes e adota outras providências"**, votando favorável ao parecer do mesmo. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o senhor deputado Dionei Walter da Silva relatou o **PL/0280.1/2009**, de autoria do **deputado Antônio Aguiar** que **"dispõe sobre a exibição do preço dos produtos por unidade de medida"**, ao qual foi favorável. Em discussão e não havendo quem o quisesse discutir, foi aprovado por unanimidade. Pela ordem, o **senhor deputado Elizeu Matos** informou que tem para relatar o **PL/0214.2/2009**, de autoria do **deputado Serafim Venzon**, que **"estabelece normas para o atendimento ao consumidor no interior das instituições financeiras, públicas ou privadas, situadas no Estado e adota outras providências"**, mas que deverá rever o parecer, trazendo-o para relatar na próxima reunião. Em seguida, o senhor presidente **deputado Silvio Dreveck** relatou o **PL/0101.5./2008**, de autoria do **deputado Antônio Aguiar**, que **"institui o Projeto Erva-Mate, destinado a estimular o plantio, a preservação e o manejo de erva-mate"**, apresentando parecer favorável. Em discussão e não havendo quem o quisesse discutir, foi aprovado por unanimidade. Na ordem, o senhor presidente fez a leitura do requerimento dos senhores deputados Rogério Peninha Mendonça e Valmir Comin, versando sobre a realização de três audiências públicas para **debater a situação da indústria oleira, seus problemas, perspectivas e busca de soluções**. Em discussão e não havendo quem o quisesse discutir, foi aprovado o requerimento por unanimidade. Na sequência, o senhor presidente fez a leitura do requerimento do senhor deputado Sargento Amauri Soares, solicitando a **criação de uma Subcomissão de Minas e Energia** junto à Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, com o fim de estudar, analisar, promover audiências públicas, conferências, exposições, palestras e seminários, bem como, ao final, propor uma política e um modelo mineral para o petróleo brasileiro do pré-sal, compatível com os anseios da sociedade catarinense. Em discussão, o senhor deputado Elizeu Matos informou que houve uma decisão da Mesa Diretora sobre fóruns e subcomissões e solicitou que o requerimento fosse encaminhado à Mesa para maiores informações. O senhor presidente colocou em deliberação e todos concordaram com o encaminhamento. Em seguida, o senhor presidente fez a leitura do requerimento do senhor deputado Dionei Walter da Silva, que solicita a **criação de subcomissão para debater a Lei Complementar nº 128/2008, que regulamenta a figura do microempreendedor individual - MEI**. Da mesma forma, será encaminhado questionamento à Mesa Diretora. Na sequência, o Senhor presidente registra a presença dos senhores deputados Valmir Comin e Darci de Mattos. Ainda, pela ordem, o senhor presidente fez a leitura do requerimento do senhor deputado Dionei

Walter da Silva, solicitando a realização de audiência pública para discutir **"a cadeia produtiva avícola em Santa Catarina"**, em data e local a serem definidos posteriormente. Em votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o senhor presidente informou que esta Comissão recebeu na data de hoje o **PL/0030.2/2009**, de procedência governamental, que **"institui no âmbito do Estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores, especifica e adota outras providências"**. Informou já haver sido designado o deputado Renato Hinnig como relator e que o referido projeto deverá ser votado até a próxima quarta-feira. Também, com o intuito de ganhar tempo, já que o projeto está em regime de urgência, entendemos por bem, devido as manifestações tanto da classe laboral quanto da classe patronal, ouvir e debater para aperfeiçoar e melhorar. Recebemos a solicitação, para fazer uso da palavra, dos seguintes senhores: Alcantaro Corrêa - presidente da Fiesc; Glauco Corte - vice-presidente da Fiesc; Célio Spagnoli - vice-presidente da Fecomércio; Kissao Thais, vice-presidente da Fcdl; Jose Zeferino Pedrozo - presidente da Faesc; Pedro Lopes - presidente da Fetranesc; e da senhora Maria Izabel Sandri - vice-presidente da Facisc. Pela ordem, o senhor deputado Dionei Walter da Silva solicitou que se desse o mesmo tempo para as duas partes, pois temos opiniões conflitantes, como as das Centrais Sindicais dos Trabalhadores. O senhor presidente informou que não colocou em pauta porque não recebeu até o presente momento nenhuma solicitação verbal ou formal para a manifestação de outras pessoas e que não estava sendo imparcial, somente deliberando as solicitações. Informou ainda que todos teriam trinta minutos para se manifestar, e se a classe laboral também o desejasse teria o mesmo tempo. Pela ordem, o senhor deputado Renato Hinnig, como relator do projeto, solicitou que todas as manifestações verbais fossem encaminhadas por escrito, para que se possa fazer uma análise mais detalhada. Dando sequência, o senhor presidente chamou o **senhor Alcantaro Corrêa, presidente da Fiesc**, para fazer uso da palavra. O senhor Alcantaro cumprimentou todos e disse que esta é uma noite histórica e que a proposta é trazer sugestões para que desse encontro se tire o melhor para todos, isto é, para a classe laboral e para a classe empresarial, salientando que todas as Federações estão representadas neste ambiente, bem como a ACIF e a AEMFLO. Considerando uma noite histórica e digna de registro, convidou para falar o **senhor Glauco Corte**, que apresentará as sugestões que temos para contribuir com este projeto de lei. O senhor Glauco cumprimentou e agradeceu a oportunidade e falou que a Fiesc gostaria de deixar registrado que não é contra o Projeto de Lei, pois reiteradamente tem se manifestado a favor da livre negociação; não somos contra a fixação de um piso regional, pelo contrário, somos a favor de bons salários, mas salários que sejam compatíveis com as condições da economia e das empresas, haja vista que o momento não é o mais adequado para se estabelecer pisos regionais que estejam fora das condições de mercado, porque a situação da produção industrial, das vendas e das exportações catarinenses caíram. Nós estamos vivendo um período de contração da economia que há muitos não vivemos. Gostaríamos, ainda, de apontar a queda que estamos tendo em relação ao emprego. Realmente estamos vivendo um momento de muita dificuldade; todos os setores estão cortando empregos, de modo que as condições da economia catarinense são de uma severa contração. Estamos trabalhando intensamente para reverter este quadro, mas os efeitos da crise mundial, da crise brasileira e catarinense vão perdurar ainda por muito tempo. Quanto ao projeto, a FIESC é a favor da livre negociação, e ele transfere as relações de trabalho do setor privado para a Assembleia Legislativa, o que é até agora a livre negociação. Mas se a vontade soberana da Assembleia for de fato encaminhar para a aprovação, alguns ajustes devem ser feitos quanto às faixas correspondentes aos pisos salariais. O **senhor José Zeferino Pedrozo, presidente da Faesc**, cumprimentou as autoridades presentes e lembrou que saiu da Casa há alguns anos, mas que aprendeu a admirar e respeitar o político porque aqui conviveu durante oito anos. Informou que no encontro há a presença do contraditório, representado pela categoria laboral e pela categoria empresarial. Avisou que durante dois anos a classe de empregadores rurais, através da Federação da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina e a da Federação dos Trabalhadores da Agricultura, percorreu todas as regiões de Santa Catarina em busca de um consenso, de algo justo. Falou que no dia 9 de julho foi assinada a convenção coletiva de trabalho dos empregados e

empregadores rurais e que esse documento foi levado ao Ministério do Trabalho e Emprego, tendo sido registrado no dia 4 de agosto, sob o número SC 001.197/2009. Declarou possuir na íntegra a convenção de trabalho e que passará às mãos dos deputados para que sirva de subsídio à discussão. Frisou saber que a intenção dos deputados é a melhor possível e que por esse motivo se sente tranquilo, pois sabe que será feita justiça apesar das distorções. Mencionou ainda que não sabe onde foram buscar o índice que serviu de base ao projeto, pois quando se vive uma realidade em que a cada cinco anos há algum tipo de frustração, é difícil partir para os patamares que estão sendo sugeridos. Reiterou que a posição externada pela indústria e pelo comércio é a mesma da agricultura, mas que através do bom senso e do diálogo conseguiram o que queriam. Registrou que o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura não pôde se fazer presente por motivo de viagem para o Rio Grande do Sul, pois havia sido agendado um encontro com as fumageiras e que o vice-presidente está em Brasília. Disse esperar que os deputados tenham ainda a oportunidade de ouvi-los para perceberem que na maioria dos setores onde o sindicato negocia existe bom senso, consenso e justiça. Finalizou seu pronunciamento agradecendo a oportunidade e registrando que realmente este é um momento histórico. Em seguida, a palavra foi passada ao **senhor Ivo Castanheira, do Dieese**, que cumprimentou os presentes e avisou que o debate é fundamental para esclarecer as dúvidas daqueles que não tiveram a oportunidade, até hoje, de participar. Lamentou que isso não tenha ocorrido antes, pois o debate teve início em 2006 e naquela oportunidade já havia se estabelecido contato com os empresários para que participassem. Infelizmente os empresários se negaram a participar durante os últimos três anos, mesmo em reuniões com o governador do Estado, onde havia correspondências na mesa do governador com a assinatura de todas as entidades patronais afirmando que eram contra a instituição do piso salarial. Dessa forma, chegou-se à conclusão de que tais entidades chegaram tarde para a discussão da questão. Avisou que neste ano, em apenas noventa dias, foram coletadas mais de cinquenta mil assinaturas no Estado de Santa Catarina, e que o número foi baixo porque era necessário estar de porte do título de eleitor, coisa que não é comum às pessoas. Adiantou que, normalmente, há a alegação de que são pequenos empresários e que não têm condições, mas isso não corresponde à verdade. E, para corroborar tal fato, citou o município de Macieira, próximo a Caçador, que tem 1.600 eleitores. Lá existem pequenos empresários com três ou quatro funcionários cada, e eles não têm concorrência alguma. No entanto, quando um colono quer vender determinada área de terra, tais empresários são os primeiros a comprar o terreno. Lá existem pequenos comerciantes com mais de duzentos alqueires de terra comprados de pequenos agricultores. Dessa forma, quando se coloca que o piso vai prejudicar os pequenos agricultores ou os pequenos comerciantes, isso não é verdade, mas faz parte do debate. Assim sendo, mesmo que exista o abaixo-assinado dos empresários, informou que também está de posse daquilo que a sociedade discutiu à época. Observou que das 45 mil assinaturas, só o Sindicato Comercial de Canoinhas coletou quase 3 mil assinaturas naquela região, porque as pessoas pobres estão clamando para que os deputados votem o piso e melhorem as condições de vida das pessoas. Alertou para o fato de que também não é verdade quando falam em desemprego, ou então o IBGE está mentindo, porque no Rio Grande do Sul e no Paraná, desde 2002, há a geração de empregos. No Rio Grande do Sul, em 2000, havia 1 milhão e 893 mil empregados com carteira assinada; em 2008, havia 2,5 milhões de trabalhadores com carteira assinada. No Paraná também não foi diferente: de 1 milhão e 653 mil empregados passou para 2 milhões e 489 mil empregados, de acordo com os dados do IBGE. Opinou que não se pode fazer com que Santa Catarina seja o zero da 101, mas que seja um Estado reconhecido. Ponderou que, certamente, o comércio venderá mais, o Estado e o município arrecadarão mais e todo mundo vai ganhar. Salientou que se está discutindo R\$ 587,00 e que isso é uma vergonha; é justo instituir um piso maior para Santa Catarina. Considerou que o Estado do Paraná, hoje, pratica um piso mínimo de R\$ 605,52 e um piso máximo de R\$ 629,65, portanto, é maior que o sugerido no projeto encaminhado pelo governador. Citou o artigo 3º do projeto, que diz que ficam excluídos do projeto todos os trabalhadores com acordo coletivo, convenções coletivas de trabalho ou salário instituído por lei federal. Dessa forma, a

instituição do piso passa pela livre negociação de modo geral, porque nenhum empresário é obrigado a pagar o piso que está determinado, observando que o presidente da Federação do Comércio deveria ter falado qual valor de piso foi acordado. Ponderou que isso não vai prejudicar em nada, porque o piso fechado pela convenção coletiva de trabalho foi de R\$ 500,00, mais R\$ 55,00 de insalubridade, totalizando R\$ 555,00. Se o valor for projetado para os R\$ 587,00 pleiteados pela primeira faixa, faltam apenas R\$ 32,00. Logo, a discussão de valores tão baixos é uma vergonha para os trabalhadores. Na sequência, manifestou-se a **senhora Maria Izabel Sandri, vice-presidente da Facisc Indústria e Comércio**. Após cumprimentar a plateia, avisou ter vindo engrossar o coro das entidades empresariais, até por ter sido este um tema bastante discutido na Confederação. Um dos pontos primordiais ressaltado foi a questão da inserção do Poder Público na vida do setor privado. O que mais questionam não é tanto o valor do piso, porque quanto a isso há negociação nas categorias e ambos os lados saem ganhando, tanto o patronal como o laboral. O questionamento é com relação ao Poder Público estar tendo ingerência na gestão da negociação. Ressaltou sua preocupação com relação ao pequeno e microempresário no tocante ao aumento das cargas e ao aumento da informalidade, porque o informal contribui na economia, mas não gera, realmente, os tributos que fazem crescer o Estado. Disse ser o oeste o grande vetor da economia, da agropecuária e da agricultura no Estado, lembrando o temor à litoralização que tanto apregoa o governador. Encerrou seu pronunciamento opinando não ser tarde para sentarem-se à mesa para negociar e reavaliar questões que podem, de repente, melhorar o projeto de lei. Pela ordem, o **senhor deputado Manoel Mota** manifestou-se no sentido de esclarecer que foi aprovado o piso federal dos professores em Santa Catarina, mas que não há nenhuma Adin. O **senhor presidente, deputado Silvio Dreveck**, pediu que não houvesse outras interrupções dos deputados, pois durante a semana todas as manifestações serão avaliadas. Na sequência, passou a palavra ao **senhor Carlos Alberto Baldissera**, que cumprimentou os presentes e disse que a nova Central Sindical dos Trabalhadores e a Feticom estão engajadas no projeto do piso estadual de salários há três anos. Avisou que acompanharam todas as reuniões, inclusive na ocasião do não atendimento da classe empresarial quando convidada pelo governador do Estado para que fosse feita a negociação. Acrescentou que entende não ser este o local próprio para se tentar fazer uma mesa redonda ou ajustar valores, pois esse período já passou. Observou que não é verdade quando se fala que a livre negociação acaba e que o Estado está interferindo, porque está previsto no artigo 7º da Constituição Federal que o Estado pode designar salário. Logo, não existe inconstitucionalidade alguma no projeto ou nas argumentações dos representantes dos trabalhadores que o antecederam. Avisou que a livre negociação existe de forma um tanto quanto engessada, porque se forem para dissídio coletivo nas negociações há o Precedente 040, que determina a concordância de ambas as partes. Alegou que não há condições de qualquer pessoa sobreviver dignamente com R\$ 500,00 ou R\$ 600,00, avisando que o próprio Dieese fez o levantamento, informando na sequência que nenhuma empresa vai quebrar e que haverá a geração de empregos. Como exemplo, citou os outros dois Estados do Sul, que já têm seus pisos salariais instituídos e não houve quebraadeira, mas o resultado reverso. O **senhor Pedro José de Oliveira Lopes, presidente da Fetranesc**, manifestou-se avisando que não faltou, por parte do empresariado, vontade de juntarem-se ao governador para tratarem da questão. Houve reuniões no Centro Administrativo, a convite do governador, acompanhadas da secretária que participou da defesa do projeto, e na ocasião expuseram seu ponto de vista. Declarou que acompanha o que a Federação das Empresas de Transporte de Carga no Estado de Santa Catarina faz através do sindicato, na sua relação empresarial e laboral, e observou não se recordar, nos dez anos em que acompanha essa relação do Transporte com o trabalhador, que tenha tido dificuldades quanto à negociação. Alegou que ao longo de 2009 triplicaram o atendimento dado, através do Sest/Senat, aos funcionários no Estado de Santa Catarina. Avisou que quando defendem a manutenção do emprego através da sobrevivência das empresas, colocam claro e publicamente aquilo que é crescido e que vem como custo ao setor de transporte. Argumentou que se pode ter como referência o aumento do diesel no ano passado, que chegou a 25%, um impacto de 12% na planilha de custos, e tudo isso foi suportado pelo transportador,

que sobrevive às dificuldades com uma infraestrutura precária, sendo que quando houve a redução recente do diesel para 9,4%, não se chegou a ter essa redução em torno de 2%, informando que isso sobrecarrega o sistema de transporte. Mencionou que ao longo dos últimos dez anos não houve informação, em nenhuma empresa, de que tenham demitido funcionários, a não ser por extrema necessidade ou por vontade entre as partes. Lembrou que sobreviveram a uma redução de carga de 40% desde o ano passado, superando essa dificuldade sem demitir ninguém, e continuam enfrentando uma redução de R\$ 160 milhões de aplicação na infraestrutura catarinense no porto de Itajaí, o que vem a ser uma perda lamentável para o Estado de Santa Catarina. Citou que mais de 50% das cargas são desviadas para outro Estado, em função de o porto de Itajaí não estar em funcionamento pleno. As empresas continuam absorvendo esse prejuízo, salientando que procuram manter harmoniosas todas as convenções realizadas, dentro do princípio da melhor relação. E salientou que todos têm passado por dificuldades e não só o laboral que recebe o salário; o que mais agride o empregador é não ter condições de cumprir o salário de quem recebe para que possa suportar as suas necessidades. Pela ordem, o **senhor deputado Dionei Walter da Silva** solicitou que se encerrasse as manifestações, pois são todas convergentes e o tempo já esgotou. O senhor presidente informou que há mais dois inscritos e que cada um terá cinco minutos. Concedeu a palavra ao **senhor Waldemar Schulz Junior (Mazinho), presidente do Sindicato dos Comerciantes e presidente da UGT**, que informou estar discutido este projeto há três anos. E que todos temos que ter capacidade, vontade e respeito para com a sociedade a fim de que se possa incluir Santa Catarina no piso regional. Devemos ter respeito pelo governador, que não está fazendo demagogia ao enviar este projeto agora em época eleitoral, pois já estamos discutido este projeto há três anos. Temos que ter respeito pela sociedade, principalmente com os trabalhadores. Na sequência, manifestou-se o **senhor Moacir Bogo, presidente da Associação Empresarial de Joinville**, que cumprimentou a todos e registrou que hoje existe, principalmente no estado de Santa Catarina, um sentimento muito arraigado, muito forte de responsabilidade social por parte dos empresários, e esta responsabilidade passa pela necessidade reconhecida e legal do recolhimento de todos os impostos, da obediência às leis, de prover aos seus colaboradores as condições ideais para que ele aumente o seu conhecimento. A preocupação com o meio ambiente é um fator presente nesta responsabilidade, mas o empresário ainda tem outras preocupações, que é correr absolutamente todos os riscos, porque se o negócio não andar bem é ele que vai perder todos os seus bens, pois a concorrência hoje é globalizada; nós concorremos com a Ásia e não somente com o comerciante da esquina. Trabalho numa empresa em Joinville onde o salário médio é de R\$ 1.500,00 e, seguramente, isto não vai nos afetar. Permito-me lembrar que 80% das empresas e microempresas morrem antes de completar dois anos - dados do SEBRAE -, então precisamos saber o que estes pensam disso, o que vai ser do nosso país, oprimido por tributos. Vamos nos isolando do comércio mundial em razão desse ônus, que é o custo Brasil. Eu repito: não somos contra o piso, somos contra a maneira como ele está sendo colocado. Finalizando, quero deixar registrado que gostaria que este projeto fosse retirado do regime de urgência a fim de que possa ser efetivamente discutido. O senhor **presidente, deputado Silvio Dreveck**, informou que gostaria, antes de passar a palavra aos nobres deputados, em nome do planalto norte e do norte catarinense, fazer uma saudação aos representantes de São Bento do Sul, e em seus nomes agradecer a todos que compareceram a esta reunião. Estão aqui presentes: o presidente da Associação Empresarial, senhor Evandro Müller de Castro; Dr. Jonny Zulauf; senhor Alvaro Weiss da Abimóvel; Arnaldo Huebl - Representante Fiesc/Senai/SESI para a região norte; senhor Osmar Mühlbauer, diretor da Condor; senhor Márcio Froehner, do Sindusmobil; e senhor Sandy Grossl. Em nome do Presidente Alcântara Corrêa e do vice-presidente, agradeço a presença e o respeito não aos deputados, mas à democracia, pois todos puderam se manifestar e ouvir. Agora teremos uma semana para construir, porque a nossa próxima reunião será no dia dois de setembro, quando iremos concluir os trabalhos. Eu gostaria de deixar livre a palavra aos deputados que quiserem fazer alguma manifestação breve. Fazendo uso da palavra, o **senhor deputado Serafim Venzon** agradeceu a presença de todos e disse que ouviu todos os pronunciamentos, que tem ciência de que mais de 40%

das despesas é destinada aos impostos e que depois o retorno é questionável, daí a razão de a sociedade ao invés de contar com o serviço de saúde ter que pagar mais. Eu gostaria de dizer como vou votar, porque não vou ter outra oportunidade para falar aos sindicatos e aos trabalhadores o meu voto. Eu sou solidário aos dois pensamentos, porém tenho uma responsabilidade maior, que é a de fazer as mudanças. E assim como vocês, tenho a responsabilidade de melhorar a coisa como um todo. Fazendo uso da palavra, o **senhor deputado Manoel Mota** disse que foi importante ouvir ambos os lados e que todos têm um compromisso com Santa Catarina. Agora temos uma semana para fazer a avaliação para, com toda a responsabilidade, cumprir nossa missão como parlamentar. Gostaria de agradecer a todos e dizer que vamos buscar o que é de melhor para Santa Catarina. Em seguida, fez uso da palavra o **senhor deputado Dionei Wagner da Silva**, que agradeceu a oportunidade do debate, agradeceu a presença de todos, em especial da classe trabalhadora. Informou que a posição da Bancada é de que se aprove o projeto sem emendas e que se mantenha o regime de urgência. Na sequência, o senhor presidente passou a palavra ao **senhor deputado Renato Hinnig**, que cumprimentou o presidente e os membros da Comissão que oportunizaram um debate importante e fundamental para que todas as posições fossem colocadas de forma clara a fim de termos um melhor discernimento. Cabe à Assembleia Legislativa fazer o aperfeiçoamento necessário para que se produza um instrumento legal que atenda o interesse de ambas as partes, acima de tudo aos interesses da economia de Santa Catarina. A minha intenção, como relator deste projeto, é de conseguir produzir uma peça capaz de ser aprovada no âmbito da Comissão de Economia e também por todos os deputados. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente reunião, da qual eu, Maria Natel Scheffer Lorenz, assessora da Comissão, lavrei a presente ata, que, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembleia Legislativa.

Deputado Silvio Dreveck

Presidente

*** X X X ***

Ata da 13ª reunião ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da 3ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura, realizada em 08 de setembro de 2009, às 18h00minh.

Às 18h00minhas do dia 08 de setembro do ano de 2009, na sala das Comissões nº 2, sob a Presidência do Deputado Pedro Uczai, amparado no § 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da reunião da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa. Foi registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Deputado Antonio Aguiar, Deputado Lício Mauro da Silveira, Deputado Professor Grando, Deputado. Logo após foi lida a ata da reunião anterior colocada em discussão, não havendo manifestação foi colocada em votação e aprovada por todos. Em seguida o presidente passou a palavra ao deputado Professor Grando que relatou os seguintes ofícios: OF./0230.9/2009, e, OF./0274.0/2009, ambos com parecer pelo diligenciamento, que após discussão e votação foram aprovados por unanimidade, também relatou o ofício OF./0224.0./2009, cujo parecer favorável, foi aprovado por unanimidade, na continuidade relatou o PL./0175.1/2008, com parecer pela aprovação que também foi aprovado por unanimidade, a palavra foi passado ao Deputado Antonio Aguiar, que relatou o OF./0375.3/2008, com parecer favorável, que foi aprovado por todos os presentes. O presidente então passou a relatar o PL./0219.7/2009, ratificando o parecer do Deputado Dionei Walter da Silva, pela aprovação da matéria, o que foi aprovado por unanimidade, na sequência apresentou correspondência recebida da cama de vereadores de canoinhas, e, não havendo mais matéria a relatar franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso, então o Deputado Lício Mauro da Silveira levantou a situação do Centro Educacional São Lucas, à falta de estrutura para recuperar os jovens internos da entidade, e a necessidade de se ter um novo olhar para a entidade e o seu vínculo, que em sua opinião deveria estar ligada a secretaria de educação e não só a secretaria de segurança pública, após debate, ficou estabelecido que se convidasse representantes da entidade para uma exposição da situação, em reunião desta comissão, decisão convalidada por todos. Não havendo nenhuma outra manifestação e nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu aos Deputados pela presença, aos funcionários, e deu

por encerrado os trabalhos desta reunião, da qual eu, Laédio Silva, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembléia Legislativa. Sala das Comissões, em 08 de setembro de 2009.

Deputado Pedro Uczai
Presidente da CECD
 *** X X X ***

COMUNICADO

Florianópolis, 9 de setembro de 2009
 DA: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
 PARA: PARTICIPANTES DO CONCURSO N.º 001/2008
 REFERENTE: Recurso Administrativo

COMUNICADO

Prezados Senhores,
 Tendo em vista a interposição dos Recursos Administrativos do Sr. Aristóteles Politéia Filho e do Sr. Paulo Renato Farias, contra o resultado de classificação referente ao certame supra epigrafado, a Comissão Permanente de Licitações (CPL), nos termos do § 3º do art. 109 da Lei 8.666/93, comunica aos participantes e interessados, que se encontra à disposição na sala da Coordenadoria de Licitações cópia dos referidos Recursos, para querendo, apresentar as contra-razões no prazo legal.

Atenciosamente,

Sinara Lúcia Valar Dal Grande - Presidente
 Helio Estefano Becker Filho - Vice-Presidente
 Adriana Lauth Gualberto
 Bernadete Albani Leiria
 José das Neves Filho
 Juçara Helena Rebelatto
 Valter Euclides Damasco
 *** X X X ***

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 157/09

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1109

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 51 da Constituição Estadual, comunico a esse egrégio Poder Legislativo que adotei a Medida Provisória inclusa, ora submetida ao exame e deliberação de Vossas Excelências, acompanhada de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Educação, que "Altera o caput do art. 4º da Lei Complementar nº 455, de 2009, que incorpora o abono concedido pela Lei Promulgada nº 13.135, de 2004, ao vencimento dos membros do Magistério Público Estadual e institui o Complemento ao Piso Nacional do Magistério - CPNM, e adota outras providências".

Florianópolis, 31 de agosto de 2009.

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
 Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 08/09/09

Exposição de Motivos nº 085 Florianópolis, 24 de agosto de 2009. Senhor Governador,

Cumprindo-o respeitosamente, submetemos à apreciação de Vossa Excelência Minuta de Medida Provisória que altera o art. 4º da Lei Complementar nº 455, de 11 de agosto de 2009, que incorpora o abono previsto no art.1º da Lei nº 13.135/2004 ao vencimento dos membros do Magistério Público Estadual e estabelece outras providências.

A Lei Complementar nº 455/2009 foi sancionada a fim de contemplar o previsto na Lei Federal nº 11.738/2008, que regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial nacional do magistério. O valor atual do piso é de R\$ 1.020,00 (mil e vinte reais) como vencimento inicial (formação em nível médio na modalidade Normal) para os profissionais do magistério público da educação básica. De acordo com o § 2º do art. 3º da Lei 11.378, até 31 de dezembro de 2009 admite-se que, para atingir o valor do piso, sejam computadas as vantagens pecuniárias pagas a qualquer título.

Conforme o art. 4º da LC nº 455/2009, para os vencimentos que, mesmo com a incorporação do abono, não alcançarem o valor do piso salarial nacional, será efetuado, o pagamento do valor compensatório a título de Complemento ao Piso Nacional do Magistério - CPNM, correspondente à diferença apurada entre o valor total da remuneração e o valor do Piso.

Ocorre que, ao se falar em valor total da remuneração, executam-se da somatória os valores referentes ao Adicional Trienal, ao Adicional de Permanência e ao Auxílio Alimentação, pois constituem vantagens remuneratórias individuais do servidor e não devem ser considerados para efeitos de cálculo.

Tendo em vista os motivos expostos, e certos da compreensão de Vossa Excelência, aguardamos favorável à proposta ora apresentada.

Respeitosamente,
 Paulo Roberto Bauer

Secretário de Estado da Educação

MEDIDA PROVISÓRIA nº 157, de 31 de agosto de 2009

Altera o *caput* do art. 4º da Lei Complementar nº 455, de 2009, que incorpora o abono concedido pela Lei Promulgada nº 13.135, de 2004, ao vencimento dos membros do Magistério Público Estadual e institui o Complemento ao Piso Nacional do Magistério - CPNM, e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51 da Constituição Estadual, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O *caput* do art. 4º da Lei Complementar nº 455, de 11 de agosto de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Fica instituído o Complemento ao Piso Nacional do Magistério - CPNM, a ser pago aos membros do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, ativos e inativos, correspondente à diferença apurada entre o valor total da remuneração e o valor do Piso Nacional do Magistério, criado pela Lei federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, excetuando-se o valor do adicional por tempo de serviço, do auxílio alimentação e do adicional de permanência.

....."(NR)

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 1º de agosto de 2009.

Florianópolis, 31 de agosto de 2009

Luiz Henrique da Silveira
 Governador do Estado

*** X X X ***

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 158/09

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1110

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 51 da Constituição Estadual, comunico a esse egrégio Poder Legislativo que adotei a Medida Provisória inclusa, ora submetida ao exame e deliberação de Vossas Excelências, acompanhada de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, que "Dispõe sobre a fiscalização e coibição da comercialização irregular de combustíveis e dá outras providências".

Florianópolis, 02 de setembro de 2009.

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
 Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 08/09/09

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DA FAZENDA

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM nº 110/09

Florianópolis, 31 de agosto de 2009.

Excelentíssimo Senhor

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Florianópolis/SC

Senhor Governador,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência a inclusa minuta da Medida Provisória, com força de lei,

que dispõe sobre a fiscalização e coibição da comercialização irregular de combustíveis e dá outras providências.

2. A adulteração de combustíveis, além de trazer graves prejuízos para a economia popular, acarreta significativa perda da arrecadação do ICMS, recolhido pela indústria, por substituição tributária.

3. Trata-se de conjugar esforços, através da celebração de convênios e de fiscalizações conjuntas, envolvendo a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, o Programa de Defesa do Consumidor - PROCON, Instituto de Metrologia de Santa Catarina - IMETRO/SC e o Comitê Sul Brasileiro de Qualidade de Combustível.

4. O presente Projeto prevê a habilitação de Auditores Fiscais do Estado de Santa Catarina na fiscalização da qualidade do combustível e na aplicação das sanções administrativas previstas na Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), principalmente as penas de multa, apreensão de combustível adulterado e interdição, parcial ou temporária, do estabelecimento.

5. Entre outras medidas, o presente Projeto permite o cancelamento de ofício da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS, das empresas reincidentes na prática de adulteração de combustíveis. O cancelamento de inscrição acarretará para os sócios, administradores e representantes legais da empresa todo um elenco de limitações ao exercício do comércio de combustíveis.

6. Outra medida importante é a adoção de critérios específicos para a concessão de inscrição cadastral para novas empresas ou para empresas já cadastradas mas que pretendam se dedicar ao ramo de comercialização de combustíveis.

7. Outras medidas adotadas pelo Projeto é a instauração de regime especial de tributação, a proibição do uso de bombas de abastecimento mecânicas - que devem ser substituídas por bombas eletrônicas - e a exigência de garantia para a concessão de novas inscrições.

8. As medidas propostas representam importantes medidas para a eliminação da adulteração de combustíveis e da evasão tributária em nosso Estado.

9. No tocante aos requisitos de relevância e urgência, o presente Projeto justifica-se pelos graves danos que a adulteração de combustíveis vem causando ao consumidor catarinense o que exige da Administração Pública, reação ágil, enérgica e eficaz. Respeitosamente,

Antonio Gavazzoni

Secretário de Estado da Fazenda

MEDIDA PROVISÓRIA nº 158, de 02 de setembro de 2009

Dispõe sobre a fiscalização e coibição da comercialização irregular de combustíveis e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

no uso da atribuição que lhe confere o art. 51 da Constituição Estadual, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A autoridade fazendária que, no exercício de suas atribuições, tomar conhecimento de comercialização de combustível adulterado e em desconformidade com as especificações determinadas pelo órgão regulador competente, deverá tomar as seguintes providências:

I - comunicar o fato à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP;

II - informar o órgão estadual encarregado do Programa de Defesa do Consumidor, para tomar as providências administrativas cabíveis; e

III - dar conhecimento ao Ministério Público e à Procuradoria Geral do Estado, para que sejam propostas as medidas judiciais cabíveis.

§ 1º Fica a Secretaria de Estado da Fazenda autorizada a celebrar convênio com a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP e com os órgãos de defesa do consumidor, para treinamento e credenciamento de Auditores Fiscais da Receita Estadual.

§ 2º Constatada a desconformidade a que se refere este artigo, os Auditores Fiscais da Receita Estadual aplicarão as sanções administrativas cabíveis, inclusive imposição de multas, apreensão do combustível adulterado e interdição, parcial ou temporária, do estabelecimento.

§ 3º A desconformidade referida no *caput* deste artigo será comprovada por laudo elaborado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP ou por entidades ou órgãos por ela credenciados ou com ela conveniados.

Art. 2º A inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS será cancelada de ofício, no caso de reincidência no cometimento das infrações a que se refere o art. 1º.

§ 1º Considera-se reincidência o cometimento de nova infração no interstício temporal de dois anos.

§ 2º O cancelamento previsto nesta Medida Provisória produzirá os seguintes efeitos:

I - os sócios, administradores e representantes legais do estabelecimento ficam impedidos, pelo prazo de cinco anos, de exercer a mesma atividade, mesmo em estabelecimento diverso, ou de pedirem inscrição para nova empresa no mesmo ramo de atividade; e

II - a relação dos estabelecimentos atingidos pela medida, acompanhada dos respectivos endereços e números de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ - será divulgada pelo Diário Oficial do Estado ou em página eletrônica da Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 3º Poderá ser determinada instauração de regime especial de fiscalização nos estabelecimentos em que forem constatadas fraude, sonegação ou crimes contra a ordem tributária na comercialização de combustíveis.

§ 1º Os termos do regime a que se refere este artigo serão definidos em regulamento, podendo compreender:

I - o bloqueio de Nota Fiscal eletrônica; e

II - a exigência de pagamento do imposto a cada operação de venda.

§ 2º As distribuidoras de combustíveis e os estabelecimentos varejistas que, comprovadamente, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, fornecerem combustível na situação a que se refere este artigo serão considerados co-responsáveis.

Art. 4º A concessão de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS, para atuar na comercialização de combustíveis, dependerá de análise prévia do setor responsável por combustíveis e lubrificantes da Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 1º Para obter a inscrição, o contribuinte deverá comprovar:

I - que preenche os requisitos determinados pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP;

II - a integralização da totalidade do capital social, vedada a integralização com Títulos Precatórios, e a capacidade financeira dos sócios;

III - a capacidade financeira dos sócios e representantes legais da empresa, mediante exibição da declaração do imposto de renda dos três últimos exercícios, inclusive respectivos recibos de entrega;

IV - a propriedade do imóvel onde se localiza o estabelecimento ou contrato de locação com firma reconhecida;

V - autorização de operação em instalações próprias, ou contrato de cessão ou locação de espaço em instalações de terceiros, autorizadas pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, devidamente registradas em cartório;

VI - a regularidade fiscal da empresa junto aos fiscos estadual e federal, da matriz e das filiais; e

VII - as atividades exercidas pelos sócios, administradores e representantes legais da empresa nos últimos vinte e quatro meses.

§ 2º Deverão ser satisfeitos os mesmos requisitos:

I - por empresa já detentora de inscrição no cadastro, relativamente a outro ramo de atividades e que pretenda dedicar-se à comercialização de combustíveis; e

II - no caso de alteração do quadro societário.

§ 3º Não será concedida inscrição:

I - se qualquer dos sócios, administradores ou responsáveis legais pela empresa tenha sido condenado por crime contra a ordem tributária, em qualquer Estado da Federação; ou

II - a empresa tenha débitos inscritos em dívida ativa, em qualquer Estado, de valor superior ao capital social, e cuja exigibilidade não tenha sido suspensa.

§ 4º Para a inscrição no cadastro, poderá ser exigida garantia, em montante arbitrado pelo Fisco, suficiente para fazer frente às obrigações tributária pelo período mínimo de doze meses, observados os critérios previstos em regulamento.

Art. 5º Fica proibida, a partir da publicação desta Medida Provisória, a instalação de novas bombas de abastecimento mecânicas no território do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A Secretaria de Estado da Fazenda deverá elaborar cronograma de desativação das bombas de abastecimento mecânicas existentes.

Art. 6º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 02 de setembro de 2009

Luiz Henrique da Silveira

Governador do Estado

*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL**ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 1111**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Em estrita observância às determinações contidas nos artigos 40, inciso IV, alínea "c", e 70 da Constituição Estadual, comunico a essa augusta Casa Legislativa que o Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado deverá ausentar-se do País, entre os dias 07 a 16 de setembro do corrente ano, com destino a Espanha, para cumprir agenda constante no roteiro anexo.

Florianópolis, 02 de setembro de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 08/09/09

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Gabinete do Vice-Governador

Ofício nº 1727/GVG/2008 Florianópolis, 26 de agosto de 2009.
Senhor

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Senhor Governador,

Com os meus cordiais cumprimentos, solicito a Vossa Excelência o envio de mensagem à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a autorização para me ausentar do país, em viagem para a Espanha, em caráter oficial de 07 de setembro a 16 de setembro de 2009.

Encaminho para seu conhecimento.

Respeitosamente,

Leonel Pavan

Vice-Governador

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Gabinete do Vice-Governador

COORDENADORIA MILITAR DE GABINETE

**PROGRAMAÇÃO OFICIAL DE VIAGEM DO VICE-GOVERNADOR
(ESPANHA - de 07 a 16 setembro de 2009)**

Dia 07 de setembro (segunda-feira) - Florianópolis/São Paulo/Madri

• 20:50h - Partida de São Paulo para Madri

Dia 08 de setembro (terça-feira) - Madri/Vigo/Pontevedra

• 15:50h - Partida de Madri para Vigo

• 17:30h - Deslocamento terrestre para Pontevedra

Dia 09 de setembro (quarta-feira) - Pontevedra

• 10:30h - Participação no Seminário de Cooperação Galícia-Santa Catarina
(Construção Civil/Câmara de Comércio de Pontevedra)

• 16:30h - Entrevistas no Hotel Galicia Palace

Dia 10 de setembro (quinta-feira) - Pontevedra/La Coruña (140 Km)

• 10:30h - Reunião com empresários da "Asociación Gallega de Alquiler de Maquinaria" - La Coruña

• 15:00h - Verificação "in loco" da Tecnologia avançada para construções

Dia 11 de setembro (sexta-feira) La Coruña/Carvalho/Madri

• 08:00h - Deslocamento terrestre La Coruña para Carvalho (30 Km)

• 10:30h - Reunião com a Diretoria das Empresas CALVO (Gomes Da Costa) sobre investimentos em Santa Catarina

• 15:00h - Deslocamento terrestre de Carvalho para La Coruña

• 17:35h - Partida de La Coruña para Madri

Dia 12 de setembro (sábado) - Madri

• 11:30h - Encontro com empresários da Câmara de Comércio e Indústria de Madri

Dia 14 de setembro (segunda-feira) - Madri

• 14:00h - Reunião com Diretoria da Câmara de Comércio e Indústria de Madri

Dia 15 de setembro (terça-feira) Madri/São Paulo/Florianópolis

• 16:00h - Audiência na Embaixada Brasileira em Madri

• 22:50h - Partida de Madri para São Paulo (Guarulhos)

Dia 16 de setembro (quarta-feira) - São Paulo/Florianópolis

• 05:05h - Chegada em São Paulo (Guarulhos)

• 07:40h - Partida de São Paulo para Florianópolis

• 08:55h - Chegada em Florianópolis

Florianópolis, 25 agosto de 2009.

NILDO OTÁVIO TEIXEIRA - Tenente Coronel

Coordenador Militar de Gabinete

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 306/09

LAR BENEFICENTE JOÃO 3:16

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que o Lar Beneficente João 3:16, inscrito na Declaração Pública Estadual Lei nº 11.100 de 1999 vem cumprindo os requisitos exigidos para concessão da Declaração de Utilidade Pública.

Sem mais,

Atenciosamente,

Moisés da Silva
Diretor/Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 08/09/09

*** X X X ***

Ofício nº GAB/EM 281/2009 Florianópolis, 01 de setembro de 2009

Excelentíssimo Senhor

Deputado Jorginho Mello

Digníssimo Presidente da ALESC

Nesta Casa

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, nos reportamos a Vossa Excelência para comunicá-lo que em decorrência de meu afastamento do país no período de 07 e 16 do corrente mês, já devidamente cientificado a essa colenda Presidência, serei substituído na função de Líder do Governo pelo Vice-Líder de Governo José Natal Pereira - PSDB.

Atenciosamente,

Elizeu Mattos
Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 08/09/00

*** X X X ***

PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 155
EMENDA MODIFICATIVA**

"Art. 3º Para o pagamento do principal, juros e outros encargos da operação de crédito, fica o Banco do Brasil S/A autorizado a debitar em conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Estado, ou em quaisquer outras contas de depósito, os montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

§ 1º No caso dos recursos do Estado não serem depositados no Banco do Brasil, fica instituição financeira depositária autorizar a debitar, e posteriormente transferir os recursos a crédito do Banco do Brasil S/A, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no caput deste artigo.

§ 2º Fica o Poder Executivo obrigado a expedir as competentes notas de empenho dos valores correspondentes ao principal, juros e outros encargos da operação de crédito de que trata esta Medida Provisória.

ANEXO ÚNICO

**CRONOGRAMA FINANCEIRO DA OPERAÇÃO
VIABILIZAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL - RESOLUÇÃO 3.716/09**
R\$1,00

ANO	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÕES	ENCARGOS	TOTAL
2009	51.192.000	3.199.500	767.880,00	767.880,00
2010	-	6.399.000	1.535.760,00	4.735.260,00
2011	-	6.399.000	1.391.782,50	7.790.782,50
2012	-	6.399.000	1.199.812,50	7.598.812,50
2013	-	6.399.000	1.007.842,50	7.406.812,50
2014	-	6.399.000	815.872,50	7.214.872,50
2015	-	6.399.000	623.902,50	7.022.902,50
2016	-	6.399.000	431.932,50	6.830.932,50
2017	-	3.199.500	239.962,50	6.638.962,50
2018	-	-	47.992,50	3.347.477
TOTAL	51.192.000	51.192.000	8.062.740,00	59.254.740,00

“(NR)”

JUSTIFICATIVA

O ofício SEF/GABS nº 701/2009 da Secretaria de Estado da Fazenda, em anexo, explana de forma clara e precisa as razões da alteração proposta nesta Emenda Modificativa.

Florianópolis,

ELIZEU MATOS

Líder Governo na Assembléia Legislativa

**PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº
155/2009, DE 06 DE AGOSTO DE 2009.
EMENDA MODIFICATIVA**

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S/A, e estabelece outras providências.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito, junto ao Banco do Brasil S/A, no valor de R\$ 51.192.000,00 (cinquenta e um milhões e cento e noventa e dois mil reais), para a viabilização de despesas de capital, observado o disposto na Resolução nº 3.716, de 17 de abril de 2009, com as alterações da Resolução nº 3.723, de 12 de maio de 2009, ambas do Conselho Monetário Nacional.

Art. 2º Em cumprimento ao disposto no art. 115, § 2º, da Constituição do Estado, o Anexo Único desta Lei apresenta a projeção dos valores a serem considerados, nos orçamentos anuais, durante o prazo para liquidação da operação de crédito, relativos ao pagamento de juros e amortizações, os quais estarão sujeitos às alterações das taxas de juros, atualizações monetárias e de outros ajustes previstos contratualmente.

Art. 3º Para o pagamento do principal, juros e outros encargos da operação de crédito, fica o Banco do Brasil S/A autorizado a debitar em conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Estado, ou em quaisquer outras contas de depósito, os montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

§1º No caso dos recursos do Estado não serem depositados no Banco do Brasil, fica instituição financeira depositária autorizar a debitar, e posteriormente transferir os recursos a crédito do Banco do Brasil S/A, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no caput deste artigo.

§2º Fica o Poder Executivo obrigado a expedir as competentes notas de empenho dos valores correspondentes ao principal, juros e outros encargos da operação de crédito de que trata esta Medida Provisória.

Art. 4º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Parágrafo único. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a inclusão da programação das dotações orçamentárias, no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual, contendo o detalhamento das ações necessárias ao pagamento das despesas relativas à amortização de principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por Lei.

Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 09 de setembro de 2009.

MARCOS VIEIRA

Deputado Relator na Comissão de Finanças e Tributação

ANEXO ÚNICO

CRONOGRAMA FINANCEIRO DA OPERAÇÃO

**VIABILIZAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL - RESOLUÇÃO 3.716/09
R\$1,00**

ANO	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÕES	ENCARGOS	TOTAL
2009	51.192.000	3.199.500	767.880,00	767.880,00
2010	-	6.399.000	1.535.760,00	4.735.260,00
2011	-	6.399.000	1.391.782,50	7.790.782,50
2012	-	6.399.000	1.199.812,50	7.598.812,50
2013	-	6.399.000	1.007.842,50	7.406.812,50
2014	-	6.399.000	815.872,50	7.214.872,50
2015	-	6.399.000	623.902,50	7.022.902,50
2016	-	6.399.000	431.932,50	6.830.932,50
2017	-	3.199.500	239.962,50	6.638.962,50
2018	-	-	47.992,50	3.347.477
TOTAL	51.192.000	51.192.000	8.062.740,00	59.254.740,00

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 341/09

Autoriza o Poder Executivo a isentar a base de cálculo do ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços incidentes nas operações internas com a semente pinhão

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a isentar o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e serviços incidente nas operações internas com a semente pinhão prevista no artigo 19 da Lei nº 10.297/96.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Fazenda baixará os atos que se fizerem necessários ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões,

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores

Lido no Expediente

Sessão de 08/09/09

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

As entidades não governamentais do Estado de Santa Catarina preocupados com a produção do pinhão, já debatem há um bom tempo este importante tema e ao apresentarmos esta proposição legislativa pretendemos apenas autorizar o Poder Executivo Estadual a isentar a base de cálculo do ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços nas operações internas com a semente pinhão.

Neste sentido destacamos que a árvore Aucaria angustifolia, popularmente conhecida como pinheiro, quando inicia a produção por volta de 8 anos, produz em torno de 40 pinhas anualmente, após esse período quando torna-se adulta produz de 100 a 300 pinhas, cada pinha pesa geralmente entre 1 a 1,5 kg, mas pode chegar a 2 kg e podem ter de 60 a 160 sementes cada, o pinhão.

Em 2002 a FIESC declarou que a produção anual estava em 1.185 ton/ano, que na época correspondia a 40,6% da produção nacional.

O maior problema presenciado hoje em Santa Catarina consiste na comercialização informal, onde os produtores-coletores preferem vender a semente pinhão nas beiras das estradas, ou ainda para as pessoas conhecidas como "atravessadores" que negociam e pagam o que querem, não formalizando o ato comercial com a nota fiscal (NF).

Nestes casos deixam o Estado e os municípios de arrecadar os tributos, que por consequência não são destinados ao Fundo de Desenvolvimento Rural.

Com a cobrança de impostos, o preço final ao consumidor torna-se alto o que dificulta sua aquisição por muitas pessoas.

Ao concedermos a isenção da alíquota do ICMS para a semente do pinhão, temos a grande oportunidade de contribuímos com a formalidade deste produto, pois segundo levantamentos da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri estima-se que atualmente 12 mil famílias colham pinhão na Serra Catarinense. Para 20% delas, a colheita da semente é a principal fonte de renda.

Mais de 80% dos produtores catarinenses vivem na informalidade, pois precisam pagar a média de 12% de ICMS e isso dificulta a formalização da venda deste produto.

Esse ano de 2009 a queda na colheita da semente pode chegar a 40% na comparação com o ano passado. Em 2008, a produção ficou em torno de 2,5 mil toneladas. Para este ano, a previsão é de mil toneladas a menos.

Ressalta-se que o pinhão é fonte de renda e de subsistência para muitas famílias na região serrana de Santa Catarina. Discute-se também naquela região o processamento do pinhão, com o intuito de agregar valor a esse produto e ao mesmo tempo, gerar renda para os jovens e mulheres trabalhadoras rurais.

Ademais, vale salientar que o pinhão também é utilizado para uso medicinal no combate a azia, anemia e debilidade do organismo. Segundo estudo, as folhas cozidas são usadas no combate à anemia e tumores provocados por distúrbios linfáticos e a infusão da casca mergulhada em álcool é empregada para tratar "cobreiro", reumatismo, varizes e distensões musculares.

Já como alimento, os pinhões são nutritivos e energéticos para alimentação humana, assim como para a fauna silvestre.

O pinheiro é comumente utilizado para recuperação de área degradada, para recomposição de mata ciliar, sendo também uma alternativa de renda para os agricultores.

Por fim, essa árvore é tradicionalmente conhecida no Brasil, mas devido a ação humana e ao aquecimento global está desaparecendo rapidamente, acreditamos que ao concedermos isenção do ICMS ao pinhão estaremos colaborando para o salvamento da espécie, uma vez que a comercialização da semente aumentará significativamente o plantio da espécie.

Além do esforço do Estado de Santa Catarina com a aprovação da matéria, é preciso fazer uma "poupança ecológica", fazendo com que os pinheiros nasçam livremente, em áreas de preservação permanente, em reservas legais e em povoamentos manejados visando o aproveitamento comercial de suas qualidades, formando uma "poupança familiar sustentável", e incentivando produção pela preservação.

Considerando a relevância do assunto e a possibilidade de comercializar formalmente o pinhão, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.

Sala das Sessões,

*** X X X ***

PROJETO DE LEI 342/09

Declara de utilidade pública a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Rio Tijucas e Itajaí Mirim, de Brusque.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Rio Tijucas e Itajaí Mirim, com sede no município de Brusque.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Dagmar Carneiro

Lido no Expediente

Sessão de 09/09/09

JUSTIFICATIVA

A Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Rio Tijucas e Itajaí Mirim, com sede no município de Brusque, pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual. Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos que tem por finalidades a promoção de estudos e pesquisa, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos para a capacitação, sensibilização, mobilização, articulação e integração das instituições públicas e privadas de âmbito regional e ou municipal; objetiva também aglutinar as diversas iniciativas, projetos e propostas de desenvolvimento e crescimento da região, entre outras.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 015/09**

Denomina Deputado Marcelino Antônio Dutra a Biblioteca da Assembleia Legislativa.

Art. 1º Fica denominada Deputado Marcelino Antônio Dutra a Biblioteca da Assembleia Legislativa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Jorginho Mello
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 08/09/09

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados, Marcelino Antônio Dutra nasceu no Desterro em 19 de junho de 1809, foi professor, promotor público, poeta, jornalista polemista e político brasileiro, pai do também poeta Antero dos Reis Dutra.

Filho de Joana Maria Freitas e de Manuel Dutra Fialho, a sua mãe era descendente de migrantes da "primeira lista", que partiram da Ilha da Madeira para povoar a Ilha de Santa Catarina, em 1749, a saber: Antônio dos Santos Vicente, oficial de carpinteiro, serrador e lavrador, sua esposa, Maria de Freitas, e seus filhos Antônio, Francisco, Joana, Antônia, Vicência - todos naturais da freguesia de São Vicente e agregados da família do capitão Henrique César Berenguer de Bittencourt.

Autodidata, em 1832 Marcelino Antônio Dutra era mestre-escola em sua freguesia. Filiado ao Partido Liberal, apelidado em Desterro "Partido dos Judeus" e chefiado então por Jerônimo Coelho, Dutra foi deputado provincial de 1844 a 1867, tendo sido presidente da Assembleia Provincial, em 1857 e de 1861 a 1862. A partir de 1852, foi também promotor público até 1868.

Jornalista, publicou seus poemas até mesmo no Rio de Janeiro. Satírico, notabilizou-se pelos versos denominados Assembleia das Aves, relacionados à campanha política de 1847, nos quais ridicularizava os políticos do Partido Conservador, que no Desterro era apelidado "Partido Cristão" e representava a burguesia comercial local e os clérigos, sendo seu líder Arcipreste Paiva.

Figura pitoresca, Dutra costumava chegar de canoa ao trapiche que dava acesso ao Mercado Público Municipal, trazendo hortaliças

diversas do Ribeirão da Ilha. Ali, descarregava a canoa e, com aquele ar de matuto que nunca perdeu, rumava para a Assembleia onde se tornava, de repente, ardoroso combatente. Os adversários o apelidaram "Poeta do Brejo". Foram famosas as suas polêmicas com Arcipreste Paiva e as suas poesias satíricas publicadas nos jornais da cidade.

Administrador do primeiro cemitério público de Florianópolis, situado na cabeceira da Ponte Hercílio Luz, ao lado do primeiro cemitério alemão, criou vários epitáfios, dentre eles seu próprio:

Aqui jaz

Marcelino Antônio Dutra

Que mil e poucos registrou

E que, no final

Também entrou

Mas afinal, quando de sua morte em 13 de julho de 1869, não foi enterrado lá, e sim na sua terra natal, o distrito de Ribeirão da Ilha.

Marcelino Antônio Dutra é patrono da cadeira 34 da Academia Catarinense de Letras.

Por tudo isso, nobres Colegas, é que proponho esta justa homenagem ao ilustre par que tanto contribui para o engrandecimento da cultura de nosso Estado.

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 014, DE 2009**

Dá nova redação aos arts. 311, 312, 313, 314, 315, 316 e 317 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Os arts. 311, 312, 313, 314, 315, 316 e 317 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 311. A medida provisória será lida no Expediente e, após a publicação, será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça para o exame de admissibilidade parcial ou total, nos termos do art. 51 da Constituição do Estado, no prazo de uma reunião, quanto aos aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência.

Parágrafo único. Após o encerramento do prazo fixado no caput, a admissibilidade da medida provisória será incluída na Ordem do Dia da sessão plenária subsequente para discussão e votação em turno único, independentemente parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (NR)

Art. 312. No caso de não admissibilidade pelo Plenário, a medida provisória será arquivada, cabendo à Mesa a elaboração de decreto legislativo declarando-a insubsistente, a publicação no Diário Oficial do Estado e a comunicação ao Governador do Estado. (NR)

Art. 313. Aprovada pelo Plenário a admissibilidade da medida provisória, caberá à comissão de mérito específica, no prazo de três reuniões, o recebimento e apreciação de emendas, a emissão de parecer e a elaboração do projeto de conversão de medida provisória em lei.

Parágrafo único. É vedada a apresentação de emendas que versem sobre matéria estranha àquela tratada na medida provisória, cabendo ao Relator o seu indeferimento liminar. (NR)

Art. 314. Caberá à Comissão de Constituição e Justiça, no prazo de duas reuniões, proceder ao exame do projeto de conversão em lei de medida provisória aprovado na comissão de mérito, se houver alteração em relação ao texto original da medida provisória. (NR)

Art. 315. A Mesa incluirá em pauta para figurar na Ordem do Dia da sessão subsequente, projeto de conversão em lei de medida provisória, acompanhado do parecer, para discussão e votação em turno único.

§ 1º A discussão do projeto de conversão de medida provisória em lei e das emendas aprovadas será feita em conjunto.

§ 2º É lícito ao Deputado, com o apoio de um décimo dos membros da Assembleia, solicitar a votação do projeto de conversão de medida provisória em lei por partes ou votação em separado de emendas aprovadas ou rejeitadas, nos termos deste Regimento.

§ 3º Durante a discussão, os oradores falarão na ordem de inscrição, pelo tempo máximo de dez minutos, não prorrogável, sendo concedida a palavra, de preferência alternadamente, a parlamentares favoráveis e contrários à matéria.

§ 6º Não será admitido requerimento de adiamento da discussão ou de votação do projeto de conversão em lei de medida provisória, nem a apresentação de emenda em Plenário.

§ 8º Aprovado o projeto de conversão de medida provisória em lei sem alteração do mérito, será a lei promulgada pelo Presidente.

§ 9º No caso de aprovação do projeto de conversão em lei de medida provisória com alteração em relação ao texto original da medida provisória, o autógrafo será encaminhado ao Governador do Estado para sanção. (NR)

Art. 316. Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias, contados da sua publicação, será incluída na Ordem do Dia da sessão subsequente, em regime de urgência, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas em Plenário.

§ 1º Caso o projeto de conversão em lei de medida provisória não seja apresentado até o início do prazo fixado no *caput*, a Mesa determinará a sua elaboração.

§ 2º Se a medida provisória não tiver a sua votação encerrada no prazo de sessenta dias da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, estará automaticamente prorrogada uma única vez por igual período.

§ 3º A prorrogação do prazo de vigência da medida provisória será comunicada em Ato da Mesa publicada no Diário Oficial do Estado. (NR)

Art. 317. Nos casos de não admissibilidade da medida provisória, de rejeição parcial ou total do projeto de conversão de medida provisória em lei, ou ainda de não deliberação no prazo previsto nos §§ 1º e 6º do art. 51 da Constituição do Estado, caberá à Comissão de Constituição e Justiça a elaboração de projeto de decreto legislativo para disciplinar as relações jurídicas decorrentes da medida provisória.

§ 1º Caso a Comissão de Constituição e Justiça não apresente o decreto legislativo mencionado no *caput*, a Mesa determinará a sua elaboração.

§ 2º Não sendo editado o decreto legislativo até sessenta dias após a rejeição ou a perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a sua vigência conservar-se-ão por ela regidas. (NR)"

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, Florianópolis, 03 de setembro de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO N. 007, de 09 de setembro de 2009

Dá nova redação aos arts. 311, 312, 313, 314, 315, 316 e 317 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 65, inciso VI, alínea "k" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Os arts. 311, 312, 313, 314, 315, 316 e 317 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 311. A medida provisória será lida no Expediente e, após a publicação, será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça para o exame de admissibilidade parcial ou total, nos termos do art. 51 da Constituição do Estado, no prazo de uma reunião, quanto aos aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência.

Parágrafo único. Após o encerramento do prazo fixado no *caput*, a admissibilidade da medida provisória será incluída na Ordem do Dia da sessão plenária subsequente para discussão e votação em turno único, independentemente parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (NR)

Art. 312. No caso de não admissibilidade pelo Plenário, a medida provisória será arquivada, cabendo à Mesa a elaboração de decreto legislativo declarando-a insubsistente, a publicação no Diário Oficial do Estado e a comunicação ao Governador do Estado. (NR)

Art. 313. Aprovada pelo Plenário a admissibilidade da medida provisória, caberá à comissão de mérito específica, no prazo de três reuniões, o recebimento e apreciação de emendas, a

emissão de parecer e a elaboração do projeto de conversão de medida provisória em lei.

Parágrafo único. É vedada a apresentação de emendas que versem sobre matéria estranha àquela tratada na medida provisória, cabendo ao Relator o seu indeferimento liminar. (NR)

Art. 314. Caberá à Comissão de Constituição e Justiça, no prazo de duas reuniões, proceder ao exame do projeto de conversão em lei de medida provisória aprovado na comissão de mérito, se houver alteração em relação ao texto original da medida provisória. (NR)

Art. 315. A Mesa incluirá em pauta para figurar na Ordem do Dia da sessão subsequente, projeto de conversão em lei de medida provisória, acompanhado do parecer, para discussão e votação em turno único.

§ 1º A discussão do projeto de conversão de medida provisória em lei e das emendas aprovadas será feita em conjunto.

§ 2º É lícito ao Deputado, com o apoio de um décimo dos membros da Assembleia, solicitar a votação do projeto de conversão de medida provisória em lei por partes ou votação em separado de emendas aprovadas ou rejeitadas, nos termos deste Regimento.

§ 3º Durante a discussão, os oradores falarão na ordem de inscrição, pelo tempo máximo de dez minutos, não prorrogável, sendo concedida a palavra, de preferência alternadamente, a parlamentares favoráveis e contrários à matéria.

§ 6º Não será admitido requerimento de adiamento da discussão ou de votação do projeto de conversão em lei de medida provisória, nem a apresentação de emenda em Plenário.

§ 8º Aprovado o projeto de conversão de medida provisória em lei sem alteração do mérito, será a lei promulgada pelo Presidente.

§ 9º No caso de aprovação do projeto de conversão em lei de medida provisória com alteração em relação ao texto original da medida provisória, o autógrafo será encaminhado ao Governador do Estado para sanção. (NR)

Art. 316. Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias, contados da sua publicação, será incluída na Ordem do Dia da sessão subsequente, em regime de urgência, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas em Plenário.

§ 1º Caso o projeto de conversão em lei de medida provisória não seja apresentado até o início do prazo fixado no *caput*, a Mesa determinará a sua elaboração.

§ 2º Se a medida provisória não tiver a sua votação encerrada no prazo de sessenta dias da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, estará automaticamente prorrogada uma única vez por igual período.

§ 3º A prorrogação do prazo de vigência da medida provisória será comunicada em Ato da Mesa publicada no Diário Oficial do Estado. (NR)

Art. 317. Nos casos de não admissibilidade da medida provisória, de rejeição parcial ou total do projeto de conversão de medida provisória em lei, ou ainda de não deliberação no prazo previsto nos §§ 1º e 6º do art. 51 da Constituição do Estado, caberá à Comissão de Constituição e Justiça a elaboração de projeto de decreto legislativo para disciplinar as relações jurídicas decorrentes da medida provisória.

§ 1º Caso a Comissão de Constituição e Justiça não apresente o decreto legislativo mencionado no *caput*, a Mesa determinará a sua elaboração.

§ 2º Não sendo editado o decreto legislativo até sessenta dias após a rejeição ou a perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a sua vigência conservar-se-ão por ela regidas. (NR)"

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 09 de setembro de 2009

Deputado JORGINHO MELLO

Presidente

*** X X X ***